

Perspectivas *Econômicas*

Volume 4 Uma Revista Eletrônica da Agência de Divulgação dos Estados Unidos Número 3



Promovendo *África* o Comércio e os Investimentos na

- Tornando-se Parte da Economia Global
 - Criando Condições Para Investimentos
 - Expandindo o Comércio Entre os EUA e a África
 - Reduzindo o Peso da Dívida
- Agosto de 1999

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica da Agência de Divulgação dos Estados Unidos

ÍNDICE

PROMOVENDO O COMÉRCIO E OS INVESTIMENTOS NA ÁFRICA

Quando o presidente Clinton anunciou a Parceria Para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África [Partnership for Economic Growth and Opportunity in Africa], há pouco mais de dois anos, ele falou do início de uma nova era, na qual a democracia e os mercados livres estão se tornando a mola mestra dos estados da África sub-saariana.

Os Estados Unidos, na medida do possível, devem ajudar essa transformação a se processar, ajudando a integrar as democracias emergentes de livre mercado da África à economia global, disse Clinton.

"Uma África que está adquirindo vitalidade, enquanto a tecnologia, o comércio, as comunicações e as viagens estão integrando milhões de pessoas à economia global, é um continente de grande estabilidade, mercados em crescimento, parceiros mais fortes," disse o presidente.

A iniciativa de parceria de Clinton tem cinco elementos principais: maior abertura dos mercados dos Estados Unidos para os produtos africanos, mais assistência técnica à África, maior estímulo para investimentos na África, redução do peso da dívida dos países mais pobres que estão implementando reformas, e a realização de encontros anuais de alto nível entre representantes dos países africanos e dos Estados Unidos. "A nossa iniciativa abre as portas para mudanças reais e positivas," disse Clinton. Mas ele acrescentou, apenas os países africanos "que implementarem reformas sérias se beneficiarão de maneira integral."

Esta edição de Perspectivas Econômicas examina a evolução, até o momento, da Parceria para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África.

□ ÊNFASE

APOIANDO A TRANSFORMAÇÃO NA ÁFRICA

6

Rodney E. Slater, Secretário de Transportes dos Estados Unidos

Para ajudar a transformar em realidade a promessa do presidente Clinton de apoiar os esforços de reforma dos países africanos, os órgãos do governo dos Estados Unidos estão desenvolvendo programas para ajudar seus correspondentes africanos a aperfeiçoar os serviços que são vitais para o desenvolvimento. A "Iniciativa e Parceria para o Transporte com a África" [Transportation Initiative and Partnership with Africa] é um exemplo desse tipo de programa.

INTEGRANDO A ÁFRICA AO SISTEMA MUNDIAL DE COMÉRCIO

9

Rosa M. Whitaker, Assistente da Representante Comercial dos Estados Unidos para a África

Os países da África têm muito a ganhar com um comércio mundial mais aberto. O Representante Comercial dos Estados Unidos está pronto para trabalhar com esses países para que eles incrementem o seu envolvimento com a Organização Mundial do Comércio, se tornem signatários dos principais acordos comerciais, e assumam um papel mais ativo na nova rodada global de negociações comerciais.

A INICIATIVA DO PRESIDENTE CLINTON, PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA COM A ÁFRICA

12

Witney Schneidman, Vice-Secretária Assistente de Estado para Questões Africanas

O governo Clinton está procurando incrementar os negócios e os investimentos na África para acelerar a integração da região à economia mundial e estimular o tipo de crescimento econômico que pode ajudar a acabar com a pobreza endêmica — e a instabilidade social que freqüentemente a acompanha.

□ COMENTÁRIOS

A NOVA ABORDAGEM DA ÁFRICA EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO: UM BALANÇO DA SITUAÇÃO

16

Mima S. Nedelcovych, Presidente, Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa], e Vice-Presidente de Operações Internacionais, F.C. Schaffer & Associates, Inc.

Muitos países africanos têm progredido de maneira significativa no sentido de ampliar a atuação dos seus setores privados, refletindo novas atitudes no que diz respeito a questões como a privatização. No entanto, o retorno dos conflitos armados está ameaçando o progresso.

A ÁFRICA SE ADAPTA À ECONOMIA GLOBAL

19

Uma Entrevista com Edith G. Ssempala, embaixadora da República de Uganda nos Estados Unidos

Somente o setor privado pode proporcionar crescimento econômico. Os governos africanos precisam incrementar a iniciativa privada, abrindo suas portas para os investimentos estrangeiros e estimulando o comércio. Os esforços para atribuir maior poder às mulheres e para impedir a ocorrência de conflitos étnicos fazem parte deste esforço.

PROMOVENDO A ÁFRICA SUB-SAARIANA COMO UM CAMPO PARA O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

23

Louis T. Wells, professor de administração internacional, Escola de Pós-Graduação em Administração de Empresas de Harvard [Harvard Graduate School of Business Administration]

Os governos africanos precisam divulgar, de forma ativa, as vantagens que seus países oferecem como locais para investimento, e procurar investidores em potencial. As primeiras - e essenciais - atitudes a serem tomadas são o emprego conjunto de seus recursos em tais iniciativas e uma cuidadosa análise dos sucessos e fracassos, em termos promocionais, de outras nações em desenvolvimento.

George B. N. Ayittey, professor de economia, Universidade Americana [The American University], e presidente da Fundação por uma África Livre [The Free Africa Foundation]

Após anos de administração inadequada, guerra civil e corrupção, os países africanos se encontram em um ponto em que as reformas são praticamente inevitáveis. A Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act] que no momento, está sendo estudada no Congresso dos Estados Unidos, pode ser crucial para que os países africanos possam obter ajuda.

▣ **IMAGENS E NÚMEROS**

INICIATIVAS DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ÁFRICA	30
--	-----------

A LEI DE CRESCIMENTO E OPORTUNIDADES NA ÁFRICA, [AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT]	34
---	-----------

A INICIATIVA DE COLÔNIA SOBRE A DÍVIDA: O PLANO DO G-7 PARA MINIMIZAR O PESO DA DÍVIDA	37
---	-----------

ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA ÁFRICA SUB-SAARIANA	40
---	-----------

O COMÉRCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A ÁFRICA SUB-SAARIANA	41
---	-----------

▣ **RECURSOS DE INFORMAÇÃO**

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET	43
--	-----------

MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA A RESPEITO DA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E DOS INVESTIMENTOS NA ÁFRICA	44
---	-----------

CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ÁREA ECONÔMICA	45
--	-----------

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica da Agência de Divulgação dos Estados Unidos

Volume 4, Número 3, Agosto de 1999

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas — *Perspectivas Econômicas*, *Assuntos Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda de Política Externa dos EUA*, e *Sociedade e Valores dos EUA* — apresentam análises, comentários e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Todas as revistas são publicadas em inglês, francês e português, e alguns números também aparecem em árabe, russo e espanhol.

Favor observar que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade cabe aos respectivos provedores. As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo norte-americano. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados na Home Page Internacional da U.S. Information Agency [Agência de Divulgação dos Estados Unidos] na World Wide Web, no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm>. Eles se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading, e a impressão. Os comentários serão bem recebidos no escritório mais próximo do USIS ou na redação.

Editor, Economic Perspectives
Economic Security - I/TES
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ejecon@usia.gov

Editor Jon Schaffer
Editor Executivo Warner Rose
Editores Associados Wayne Hall
. Kathleen Hug
Colaboradores Gretchen Christianson
. Eileen Deegan
. Barbara Durant
. Merle D. Kellerhals
. Phillip Kurata
. Martin Manning
. Bruce Odessey
. David Simon

Diretora de Arte Sylvia Scott
Criação da Capa Martha Chaconas
Consultor Gráfico Joseph Hockersmith
Conselho Editorial Howard Cincotta
. Leonardo Williams
. Rosemary Crockett

Agência de Divulgação dos Estados Unidos
Escritório de Divulgação
Agosto de 1999

□ APOIANDO A TRANSFORMAÇÃO NA ÁFRICA

Rodney E. Slater, Secretário de Transportes dos Estados Unidos

O presidente Clinton se comprometeu a ajudar os países africanos que se dispuserem a implementar reformas tendo como metas a democracia, o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento de livres mercados, diz Rodney E. Slater, secretário de Transportes dos Estados Unidos.

Uma das maneiras pelas quais Clinton está cumprindo sua promessa é esta: ele está instruindo diversos órgãos do governo dos Estados Unidos para que criem programas para prestar assistência técnica aos governos africanos, à medida que eles se integram à economia global, diz Slater. O Departamento de Transportes dos Estados Unidos, de sua parte, desenvolveu um programa multifacetado para ajudar os países africanos a melhorar seus sistemas de transporte, ele diz.

O presidente Clinton, durante a sua histórica viagem de abril de 1998 à África, se comprometeu a ajudar as nações africanas que estão passando por dramáticas transformações no que se refere à paz, à democracia, aos direitos humanos e à filosofia de livre mercado, por meio de maiores oportunidades econômicas e cooperação mais ativa.

Cumprindo essa promessa, o presidente deu início a novas iniciativas para aprofundar as relações entre os Estados Unidos e a África. Essas incluem iniciativas para expandir o comércio e os investimentos entre os Estados Unidos e a África, para tornar a assistência técnica mais abrangente, para estimular a educação, estabelecendo vínculos entre escolas nos Estados Unidos e escolas africanas, para proporcionar uma garantia de fornecimento de alimentos e para estimular a resolução pacífica de conflitos.

Uma parte essencial da iniciativa do presidente Clinton é a sua solicitação, aos órgãos do governo dos Estados Unidos, para que eles criem programas que auxiliem os governos africanos na sua integração à economia global. Mais de 10 departamentos e agências, no momento, estão envolvidos neste esforço. Nós, no Departamento de Transportes dos Estados Unidos [U.S. Department of

Transportation (DOT)] demos início à Iniciativa e Parceria para o Transporte com a África [Transportation Initiative and Partnership with Africa] com o tema: "Transporte: Laços que Unem" [Transportation: The Tie That Binds].

TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO

Sistemas de transporte seguros e eficientes são vitais para a continuidade do desenvolvimento econômico da África. O transporte desempenha um papel essencial tanto na capacidade que a região tem de participar da economia global quanto no bem-estar das suas comunidades e do seu povo. Transporte significa mais do que concreto, asfalto e aço; significa também proporcionar oportunidades, liberdade e vida em comunidade às pessoas. Esta iniciativa e parceria com as nações da África incorpora a visão que o presidente tem no sentido de trazer mais oportunidades e proporcionar uma vida mais rica, mais significativa, tanto para os africanos quanto para os americanos.

A iniciativa do DOT tem três objetivos principais. O primeiro é expandir as oportunidades de comércio e investimentos. Como o presidente Clinton afirmou, o futuro das relações entre os Estados Unidos e a África está associado à construção de uma parceria econômica com nações africanas. Em apoio ao cumprimento desse objetivo, estamos defendendo relações mais fortes e mais abertas, nas áreas de comércio e investimentos com a África. É por isso que o presidente deu tanta prioridade à aprovação da Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act].

O segundo objetivo é apoiar a integração econômica da África. Para serem bem sucedidas no século 21, as nações da África precisam se integrar à economia global, que opera em um ritmo acelerado. Para atingir esta meta, os países africanos precisam dar continuidade ao processo das reformas econômicas, políticas e sociais, no qual muitos países já entraram. O governo Clinton insiste na

continuidade e na expansão de reformas que tenham como objetivo a abertura das economias, a manutenção da estabilidade econômica, o desenvolvimento de capacidade humana e física e a criação de um ambiente no qual o comércio e os investimentos lucrativos possam ocorrer. Economias africanas fortes e abertas significam mais empregos, maiores lucros e um padrão de vida mais elevado, tanto para os africanos quanto para os americanos.

O terceiro objetivo é estimular o desenvolvimento na África. O presidente Clinton e eu compreendemos que a África não precisa só de reformas nas áreas comercial e econômica para se desenvolver. É preciso, também, que as nações africanas acumulem capital humano, estabeleçam um sólido alicerce institucional e ampliem sua capacidade tecnológica, para que o seu crescimento seja sustentável.

Viajei à África várias vezes, representando os Estados Unidos e o presidente Clinton. Na mais recente dessas viagens, estive na Nigéria, em abril, para assistir à posse do presidente Olusegun Obasanjo e à extraordinária transição do governo militar para a democracia. Frequentemente, tenho me encontrado com autoridades governamentais da área de transporte, entre outras, para observar, pessoalmente, alguns dos desafios com os quais temos que lidar. Eu gostaria de descrever algumas das tarefas às quais demos início e outras que o futuro nos reserva.

Para implementar a nossa iniciativa, buscamos o apoio de muitas comunidades nos setores público e privado, tanto nos Estados Unidos quanto na África. Estamos trabalhando com uma grande variedade de órgãos do governo dos Estados Unidos, bancos multilaterais, organizações africanas e organizações não-governamentais. Essas entidades incluem a Organização para a Unidade Africana, [Organization of African Unity], o Banco Mundial, Eleitores para a África [Constituency for Africa], Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa], entre outras. Estamos trabalhando com essas organizações para explorar as possibilidades de investirmos em esforços em regime de cooperação e para ver como os vários órgãos do governo dos Estados Unidos podem complementar os seus esforços.

TRABALHANDO PARA TORNAR O TRÁFEGO AÉREO E RODOVIÁRIO MAIS SEGURO

Uma parte importante dos esforços do DOT é a iniciativa do presidente Clinton denominada "Iniciativa de Segurança no Ar para a África" [Safe Skies for Africa Initiative]. Tendo sido lançada pelo presidente em abril de 1998, essa iniciativa promove aperfeiçoamentos sustentáveis na segurança de vôo, bem como na segurança nos aeroportos, em todo o continente. A segurança no tráfego aéreo é um pré-requisito para o crescimento dos serviços das empresas aéreas no continente, o que, por sua vez, proporcionará apoio para o comércio, para os investimentos e para o turismo. O objetivo da Iniciativa de Segurança no Ar é quadruplicar o número de países em conformidade com as normas de segurança da Organização de Aviação Civil Internacional, melhorar a segurança em 8 a 12 aeroportos na África dentro de três anos e aperfeiçoar os serviços de navegação aérea em nível regional.

Em 30 de outubro de 1998, anunciei os oito países africanos que foram selecionados para participar da iniciativa — Angola, Camarões, Cabo Verde, Costa do Marfim, Quênia, Mali, Tanzânia e Zimbábue. Uma equipe multidisciplinar, formada por funcionários da Administração Federal de Aviação [Federal Aviation Administration] e dos Departamentos de Estado, Defesa, Justiça e do Tesouro, visitou dois países este ano para dar início ao estudo dos sistemas aeronáuticos/aeroportuários. A primeira equipe de estudos visitou o Quênia em março; uma segunda equipe visitou a Costa do Marfim no final de julho. Pode ser que a equipe multidisciplinar visite um terceiro país ainda este ano.

Dando prosseguimento às minhas discussões com líderes nacionais na África, nossa Administração Federal de Estradas de Rodagem [Federal Highway Administration] estabeleceu algumas atividades de cooperação entre esse órgão do nosso governo e países da África sub-saariana, individualmente, bem como, em uma iniciativa de âmbito regional, com a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Community] (SADC), que representa 14 países da África sub-saariana. Algumas dessas atividades de cooperação incluem:

- O desenvolvimento de um modelo regional de trabalho em conjunto que resulte em políticas, programas e normas de transporte mais consistentes, em todos os países membros.
- Maior reestruturação institucional, incluindo a possibilidade de se criar um fundo dedicado à construção de estradas.
- Mais atividade e resultados na área de defesa de idéias de segurança, para reduzir o índice de fatalidades e ferimentos associados aos transportes.
- Maior impulso para o programa de Transferência de Tecnologia na região da SADC. De acordo com este programa, o DOT treina profissionais africanos da área de transportes no uso de tecnologia avançada, para melhorar os seus sistemas de transporte. Atualmente existem Centros de Transferência de Tecnologia na África do Sul e na Tanzânia, e está sendo negociada a implantação de mais um em Botswana.
- Maior desenvolvimento nas abordagens para a administração de rodovias estratégicas, como sistemas, dados e treinamento.

INICIATIVAS ADICIONAIS NA ÁREA DE TRANSPORTES

Outro projeto que se beneficia do rápido progresso tecnológico é o Sistema de Informações Geográficas [Geographic Information System] (GIS) que está em fase planejamento, para a África. A Administração Federal de Ferrovias [Federal Railroad Administration] está trabalhando em conjunto com outros órgãos governamentais para desenvolver um GIS baseado em CD-ROM para o continente africano. Esta tecnologia permitirá que os países africanos simulem previsões de tráfego para estradas de ferro e outros meios de transporte. Eles também poderão desenvolver modelos econômicos.

Nossa Administração de Pesquisa e Projetos Especiais [Research and Special Projects Administration] está coordenando, com a Agência Federal de Administração de Emergências [Federal Emergency Management Agency] e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development], uma parceria para desenvolver programas de instrução e treinamento na reação a emergências para a aviação civil e para outras atividades, que atendam às necessidades das nações da África sub-sariana.

Os acidentes nas estradas e rodovias estão entre as principais causas de mortes relacionadas com os transportes no continente. Nossa Administração Federal de Trânsito [Federal Transit Administration] e a Administração Nacional de Segurança nas Estradas [National Highway Traffic Safety Administration] estão desenvolvendo materiais de treinamento para a segurança nas estradas e rodovias.

Nossa Guarda Costeira [U.S. Coast Guard] e a nossa Administração Marítima [Maritime Administration] estão trabalhando em conjunto com as nações da África, na criação de meios para garantir a segurança das suas costas, bem como aperfeiçoar e modernizar os seus portos, para que essas nações possam se beneficiar das oportunidades que uma atividade marítima saudável pode proporcionar.

A dedicação e competência do Departamento de Transportes dos Estados Unidos estão sendo empregadas em várias frentes, para implementar a iniciativa do presidente Clinton, para o estabelecimento de parcerias com a África. Todos os nossos esforços darão resultados positivos na revitalização econômica do continente africano, a curto e longo prazo. □

❑ INTEGRANDO A ÁFRICA AO SISTEMA MUNDIAL DE COMÉRCIO

Rosa M. Whitaker, Assistente da Representante Comercial dos Estados Unidos para a África

As economias africanas podem se beneficiar, de maneira significativa, da próxima rodada de negociações multilaterais de comércio, a ser iniciada em dezembro, na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, diz Rosa M. Whitaker. Assistente da representante Comercial dos Estados Unidos para a África. Uma abertura maior no comércio agrícola internacional, por exemplo, pode ser de grande valia para os produtores agrícolas africanos, ela diz.

Embora 38 países africanos tenham ingressado na OMC, essas nações firmaram um número menor de acordos da OMC do que as de qualquer outra região. E poucas assinaram os principais acordos nas áreas de telecomunicações, serviços financeiros e informática. Os países que não participarem desses acordos provavelmente iniciarão o século XXI com menos computadores, conexões inadequadas à rede telefônica e à Internet, sistemas bancários subdesenvolvidos, e de modo geral, serão menos capazes de competir com outras nações, diz Whitaker.

Sob a liderança do presidente Clinton, as ligações dos Estados Unidos com a África cresceram a níveis jamais vistos anteriormente. O apoio à integração da África subsaariana no sistema de comércio multilateral é a pedra fundamental da iniciativa presidencial, a Parceria Para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África [Partnership for Economic Growth and Opportunity in Africa]. Este objetivo de política reflete o reconhecimento, de maneira geral, de que a África precisará de bilhões de dólares em novos investimentos no setor privado todos os anos, muito mais do que a assistência tradicional para o desenvolvimento pode proporcionar, para enfrentar a pobreza e elevar o nível de vida. Embora as economias em muitas regiões do mundo estejam crescendo em virtude da intensificação do comércio e dos investimentos, os 48 países da África subsaariana mantêm pouco mais de 1 por cento do comércio global e menos de 2 por cento do investimento global.

A política comercial dos Estados Unidos, no que se refere à África, se baseia nos mesmos princípios fundamentais da nossa política para a Europa, a América Latina e a

Ásia. Ela se baseia no princípio de que temos profundos interesses na prosperidade e na paz mundial, e que um comércio aberto ajuda a atingir esses dois objetivos.

Para que a África possa se desenvolver e prosperar, é preciso que seus países estejam abertos para o comércio e para os investimentos com o mundo, com os Estados Unidos e com os seus vizinhos regionais. Em outras partes do mundo, essa abertura, de modo geral, tem resultado em crescimento, concorrência e prosperidade, com uma base ampla.

Os países africanos precisam superar desafios significativos, incluindo a instabilidade em várias regiões, dependência excessiva de produtos primários e matérias primas, e a relativa vulnerabilidade e tamanho reduzido das economias africanas. No entanto, os Estados Unidos acreditam firmemente que esses obstáculos podem ser superados se nós e a comunidade econômica global trabalharmos em conjunto com a África no sentido de garantir que ela se torne um membro ativo e vigoroso da economia internacional.

PERSPECTIVAS PARA A ÁFRICA

As perspectivas para a África, incluindo os seus gigantes econômicos, a África do Sul e a Nigéria, são boas. Desde 1994, a inflação tem diminuído, os índices de crescimento dobraram, e as exportações dos Estados Unidos para a África tiveram um crescimento de quase 50 por cento. O comércio da África com os Estados Unidos também está crescendo. Muitos países africanos, no momento, estão implementando políticas comerciais que nós apoiamos — integração econômica regional, liberalização dos regimes de comércio e investimento, privatização de empresas estatais, desenvolvimento do setor privado, e promoção do comércio e dos investimentos. Em toda a África, os governos estão tomando decisões difíceis e estão implementando as reformas - que freqüentemente dão motivo a controvérsias - que se fazem necessárias para que as economias africanas se tornem mais competitivas. O apoio dos Estados Unidos pode ajudar a garantir que a África continue a

implementar as reformas e que os seus esforços produzam resultados positivos.

O governo Clinton, trabalhando com o Congresso dos Estados Unidos e com muitas nações africanas, desenvolveu uma abordagem multifacetada para gerar novas e significativas oportunidades para o crescimento econômico na África e para a maior integração do continente à economia mundial. A abordagem dos Estados Unidos foi desenvolvida após consultas abrangentes com países africanos. Trata-se de uma política com a África e não para ela ou sobre ela. Estamos trabalhando com governos africanos, apoiando a integração econômica regional, o comércio mais livre de serviços, melhores padrões para a agricultura, proteção da propriedade intelectual e maior acesso ao mercado, em áreas de vantagem comparativa para a África, como é o caso dos têxteis e da agricultura. Entre as medidas que propusemos ou que já estamos implementando estão a Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act], acordos bilaterais e assistência técnica. Os Estados Unidos pretendem coordenar planos em conjunto com a Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como em outras áreas, por meio de uma organização recém-criada, o Mecanismo Consultivo Entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Africana [U.S.-African Economic Community Consultative Mechanism]. A representante Comercial dos Estados Unidos, embaixadora Charlene Barshefsky, presidiu a primeira mesa redonda, com os ministros do Comércio da África, sobre a OMC, durante a reunião ministerial Estados Unidos-África em Washington, em março de 1999. A vice-presidência da mesa redonda esteve a cargo da Organização para a Unidade Africana/Comunidade Econômica Africana [Organization of African Unity/African Economic Community].

Agora, trinta e oito nações africanas são membros da OMC, e outras duas pretendem ingressar na organização. Isso é essencial para o crescimento das exportações, para que se possa atrair investimentos e para que haja crescimento econômico, mas é apenas o começo. As nações africanas se comprometeram muito menos na Rodada Uruguai do que os países de todas as outras regiões. Poucas nações africanas firmaram os acordos da OMC para o século XXI nas áreas de telecomunicações, serviços financeiros e informática. Isso diminui o crescimento do comércio com a África e torna o desenvolvimento econômico da África mais lento. As tarifas elevadas diminuem a capacidade que as empresas e

os produtores rurais africanos têm de adquirir insumos essenciais a preços mais reduzidos.

Se participarem ativamente, as economias africanas podem se beneficiar, e muito, da próxima rodada de negociações comerciais multilaterais, a ser iniciada no período de 30 de novembro a 3 de dezembro, na conferência ministerial da OMC, em Seattle. Por exemplo, o livre comércio de produtos agrícolas pode livrar os fazendeiros africanos do fardo do protecionismo e dos subsídios à importação, que, ao mesmo tempo, impede a sua entrada em mercados em potencial e faz com que os preços mundiais das mercadorias caiam e se mantenham em níveis muito baixos. Os subsídios à agricultura, particularmente, impõem um pesado e indevido fardo sobre os fazendeiros de outros países, especialmente os países em desenvolvimento na África, Ásia e em outras partes do mundo.

Mercados mais abertos, no que se refere aos serviços, ajudarão os países africanos a obter um elevado nível de competência nos campos legal e financeiro, bem como infra-estrutura nos campos do transporte, informática e telecomunicações, o que por sua vez, servirá de estímulo para um desenvolvimento mais rápido e estável. O desenvolvimento irrestrito do comércio eletrônico global é particularmente importante para as nações e micro-empresas africanas, pois o acesso à Internet requer pouco capital, ajuda os empreendedores a encontrar clientes e fornecedores rapidamente, e minimiza as dificuldades técnicas e burocráticas. Os países que não são signatários dos acordos referentes às áreas de telecomunicações, informática e serviços financeiros provavelmente chegarão ao século XXI com menos computadores, conexões inadequadas à rede telefônica e à Internet, sistemas bancários subdesenvolvidos, e, conseqüentemente, estarão menos preparados para competir com outras nações.

UMA ERA DE OPORTUNIDADES

Os Estados Unidos desenvolveram uma série de programas abrangentes de assistência técnica para ajudar a aumentar a capacidade dos países africanos de se tornarem participantes ativos e informados da OMC e outras negociações comerciais. Três oficinas patrocinadas pelos Estados Unidos, e relacionadas à OMC, foram realizadas no Zimbábue, em Uganda e na África do Sul. A USTR e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID) têm planos para realizar uma oficina regional da OMC, em conjunto com

a Organização para a Unidade Africana [Organization of African Unity] e outras organizações locais, na Costa do Marfim, e outra oficina no Senegal. Além disso, a USAID instituiu o programa de Política para o Comércio e o Investimento na África [Africa Trade and Investment Policy] (ATRIP), que promove o treinamento e o apoio técnico para os países africanos que estão passando pelo processo de liberalização econômica.

A Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act] (AGOA), que, no momento, está sendo analisada no Congresso, estabelecerá, pela primeira vez, uma estrutura abrangente, com o objetivo de estimular o maior crescimento econômico e maior auto-suficiência, devido à intensificação do comércio e dos investimentos internacionais. A AGOA expandiria o programa do Sistema Generalizado de Preferências [Generalized System of Preferences] (GSP), que proporciona acesso isento de impostos para produtos específicos originários de países qualificados, durante 10 anos, na África, o que resulta em uma maior garantia de realização de negócios para empresários e investidores em potencial. A AGOA também ampliaria o acesso, no mercado americano, para muitos produtos dos países mais fortes da África, que estão passando por um processo de reforma, produtos que no momento estão excluídos, em conformidade com o programa GSP. A AGOA determina que os Estados Unidos trabalhem com outros doadores para tratar dos problemas da dívida da África e estabelece fundos de investimento e capital da nova Empresa para Investimentos Privados Internacionais [Overseas Private Investment Corporation] para gerar novos investimentos e novos empregos para americanos e africanos.

Com a criação da minha função como assistente da representante Comercial dos Estados Unidos para a África, há pouco mais de um ano, os Estados Unidos fortaleceram a sua capacidade de negociar acordos formais com a África, que criam alicerces legais e institucionais mais fortes nos nossos relacionamentos. A USTR assinou três acordos importantes desde a criação do escritório. Em fevereiro de 1999, os Estados Unidos assinaram os Acordos para a Estrutura de Comércio e Investimentos [Trade and Investment Framework Agreements] (TIFAs) com a África do Sul, nosso maior parceiro comercial africano, e com Gana. Esses TIFAs criaram um diálogo oficial sobre as questões de comércio e investimentos, e estão direcionando os esforços no sentido de se remover impedimentos e desenvolver mecanismos para incrementar o fluxo do negócios e investimentos com

esses dois importantes países. Os Estados Unidos também assinaram um Tratado de Investimento Bilateral [Bilateral Investment Treaty] com Moçambique, em dezembro de 1998, o que ajudará Moçambique a atrair investidores e a gerar empregos, e ao mesmo tempo proporcionará, aos investidores americanos, maior segurança e garantias, e criará mercados para os Estados Unidos.

A USTR Barshefsky recentemente ampliou o programa GSP em 1.783 itens sujeitos a tarifas para produtos de 33 dos países menos desenvolvidos do mundo, 29 dos quais estão na África. A USTR também acrescentou disposições especiais para os membros qualificados de três associações comerciais de âmbito regional da África: A Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Community] (SADC), a União Econômica e Monetária da África Ocidental [West African Economic and Monetary Union] (WAEMU), e a Comissão Tripartite para a Cooperação na África Oriental [Tripartite Commission for East African Cooperation] (EAC). Os membros dessas associações poderão combinar suas contribuições que agregam valor às exportações, e assim cumprir os requisitos para se beneficiar do GSP.

Na percepção dos Estados Unidos, os próximos anos trarão excelentes oportunidades, além de um divisor de águas nas relações entre os Estados Unidos e a África. A política comercial pode criar uma economia para o século XXI, na qual as pessoas serão mais prósperas, as economias serão mais eficientes, o meio ambiente será mais limpo e as nações estarão menos ameaçadas pela fome e pelas doenças. Os Estados Unidos pretendem trabalhar agressivamente tanto de forma bilateral quanto multilateral para incrementar o comércio, expandir o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida dos americanos e dos africanos. □

❑ A INICIATIVA DO PRESIDENTE CLINTON, PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA COM A ÁFRICA

Witney Schneidman, Vice-Secretária Assistente de Estado para Questões Africanas

A iniciativa do presidente Clinton, conhecida como Parceria Para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África [Partnership for Economic Growth and Opportunity in Africa], lançada dois anos atrás, está funcionando no sentido de ampliar o comércio e os investimentos entre os Estados Unidos e a África, e ajudar os líderes africanos a fazer as reformas econômicas necessárias, diz Witney Schneidman, vice-secretária assistente de Estado para Questões Africanas.

Os países africanos podem se beneficiar da Iniciativa de Parceria, tomando providências para a sua própria integração ao sistema financeiro global, a abertura para o comércio e os investimentos, a continuidade das reformas macroeconômicas e a implementação de estratégias de combate à corrupção, Schneidman diz.

Os Estados Unidos desejam ver uma África estável, economicamente dinâmica e democrática, com a qual possamos trabalhar para promover o comércio e os investimentos para atender os nossos interesses mútuos. O governo Clinton definiu que uma das prioridades da sua política externa seria o apoio ao crescimento econômico da África para acelerar a integração da região à economia global. Acreditamos que o comércio e os investimentos são essenciais para o desenvolvimento sustentável, a longo prazo, da África, e portanto são também essenciais para a nossa prosperidade e segurança mútuas no próximo século.

O aumento dos laços comerciais da África com o resto do mundo pode ajudar a erradicar a pobreza endêmica — e a instabilidade social que freqüentemente a acompanha. Ao mesmo tempo, o envolvimento dos Estados Unidos com as economias da África está crescendo a passos largos. A África é a origem de mais de 16 por cento do petróleo bruto importado pela nossa nação, quase o mesmo que importamos do Oriente Médio. As exportações americanas para a África tiveram um crescimento de 8 por cento no ano passado, o quarto ano consecutivo de crescimento na exportação para a África. Em 1998, nossas exportações para a África foram 45 por cento superiores às exportações para todos os novos estados independentes da antiga União Soviética, somadas.

A PARCERIA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO E OPORTUNIDADES

Dois anos atrás, em um esforço para estruturar as nossas relações comerciais com a África, o presidente Clinton lançou a sua Parceria Para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África. O programa tem como objetivo catalisar e complementar o trabalho de outros países industrializados, instituições internacionais e do povo da África, para assegurar que a região possa competir no próximo século. Em conformidade com o plano, como parte da política governamental dos Estados Unidos, estamos estimulando o comércio bilateral mais intenso e o investimento do setor privado em toda a África, em parte pela disponibilidade de mais de 750 milhões de dólares em financiamento para investimentos da Empresa para Investimentos Privados Internacionais [Overseas Private Investment Corporation] (OPIC). Além disso, continuamos a insistir para a aprovação, em breve, no Congresso, da Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act] (AGOA). A AGOA utiliza o comércio como um estímulo, a longo prazo, para o desenvolvimento econômico e resultará em mais comércio e investimentos na África.

A diminuição da dívida é essencial para que os governos africanos possam acelerar o processo da reforma econômica e do desenvolvimento. A diminuição da dívida é um pré-requisito para que os países africanos se tornem membros atuantes da economia global. Portanto, em meados de junho, na cúpula do Grupo dos Sete (G-7) principais países industrializados em Colônia, os líderes desses países anunciaram uma iniciativa para a redução de dívida, no valor de 90 bilhões de dólares. Esta iniciativa será uma ampliação do programa existente, administrado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, conhecido como programa de Países Pobres Com Grandes Dívidas [Heavily Indebted Poor Countries] (HIPC). Uma vez implementada, a redução será consideravelmente mais profunda, mais rápida e mais abrangente para os países que tomarem as providências necessárias para se ajudarem, e assim eles poderão direcionar as quantias economizadas para necessidades sociais como educação, saúde e desenvolvimento humano.

O número de países que, segundo se espera, deverá ter acesso ao programa HIPC ampliado aumentaria de 16 para 33, afetando mais de 430 milhões de pessoas, a maioria das quais africanas.

Em conformidade com o sistema de parceria, iniciamos um diálogo com líderes africanos a respeito das mais significativas questões do século 21. Em março, o presidente Clinton, oito membros do primeiro escalão do governo dos Estados Unidos, e os principais executivos da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development], a Agência de Comércio e Desenvolvimento [Trade and Development Agency], a OPIC, e o Banco de Financiamento à Exportação e Importação [Export-Import Bank] convidaram os ministros das Relações Exteriores, do Comércio e da Fazenda, de 46 países sub-saarianos a Washington para a primeira reunião ministerial entre os Estados Unidos e países da África — o grupo mais numeroso de autoridades americanas e africanas que já se reuniu em qualquer parte. Em abril uma delegação americana com 100 membros foi a Botswana para participar do primeiro encontro entre os Estados Unidos e a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Community] (SADC), com vistas a fortalecer os nossos laços com esse importante bloco econômico. Lá, estudamos a possibilidade de estabelecer um acordo sobre a estrutura regional de comércio e investimentos, e concordamos em trabalhar juntos no combate ao tráfico de drogas e de armas de fogo, além de coordenar os esforços no combate ao HIV/AIDS. Não há dúvida de que este nível de envolvimento entre os africanos e os americanos assinala uma nova era de cooperação e interesse, em âmbito regional e bilateral.

Os próprios africanos já progrediram bastante no sentido de abrir suas economias para empresários e investidores estrangeiros. A maioria das nações africanas continua implementando medidas de reforma econômica, incluindo a liberalização de sistemas de comércio e de investimentos, a redução de tarifas, a extinção de subsídios e a estabilização das suas moedas. Onze nações africanas adotaram princípios que esperamos que um dia formem a base de uma Convenção Africana Contra a Corrupção [African Anti-Corruption Convention], e organizações como a SADC, a Comunidade da África Oriental [East African Community] e o Mercado Comum da África Oriental e do Sul [Common Market for Eastern and Southern Africa] estão se tornando poderosas locomotivas do crescimento econômico

regional. A integração regional é uma das providências mais importantes na integração de um número muito maior de nações à economia global, permitindo que as economias menores sintam o clima, localmente, antes de se expor à concorrência externa. Apoiaremos os esforços das nações africanas no sentido de se reunirem para formar mercados fortes, interligados e promissores.

CRIANDO AMBIENTES FAVORÁVEIS PARA OS INVESTIDORES

Há muitas formas adicionais pelas quais as nações africanas podem se beneficiar, de maneira integral, do que a Parceria Presidencial para o Crescimento Econômico e Oportunidades tem a oferecer. A primeira é continuar tendo fé no sistema financeiro global. As instituições criadas em Bretton Woods ainda são, e continuarão a ser, vitais para a economia global. No entanto, os Estados Unidos e as nações africanas precisam trabalhar em conjunto para fortalecer a capacidade dessas instituições de lidar com mudanças, riscos inevitáveis e os possíveis choques da economia deste século XXI e do seu fluxo, que cresce cada vez mais rapidamente, de idéias, capital, tecnologia, produtos e serviços. Como disse o presidente Clinton bem recentemente: "Todos os dias, meio milhão de passageiros de empresas aéreas, 1,4 bilhão de mensagens de e-mail e 1,5 trilhão de dólares atravessam fronteiras." Atualmente, bilhões de dólares em produtos e serviços podem ser comprados e vendidos, negociados e trocados através dos oceanos em poucos segundos, e frequentemente apenas pressionando um botão. Este ambiente requer salvaguardas adicionais tanto por parte das nações desenvolvidas quanto das que se encontram em desenvolvimento, para assegurar a estabilidade e ajudar a suavizar os ciclos de prosperidade e crise que temos visto recentemente em muitos mercados emergentes importantes.

O governo Clinton está trabalhando para desenvolver uma nova arquitetura global que envolve importantes aperfeiçoamentos das instituições de Bretton Woods, contando mais com os códigos aceitos de conduta para melhorar a transparência na área financeira, de modo geral, e a fiscalização bancária. Essas melhorias trarão benefícios tanto para os países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Na reunião do G-7 em junho, por exemplo, os líderes mundiais recomendaram o fortalecimento da regulamentação financeira nos países industrializados para estimular credores para que eles ajam de forma mais disciplinada; eles recomendaram, também, uma avaliação prudente dos riscos associados aos empréstimos.

Segundo, precisamos estimular os países em desenvolvimento para que eles invistam, de forma mais eficaz, no seu povo. Uma força de trabalho com um bom nível de escolaridade e treinamento é necessária para que se possa dominar as tecnologias do século XXI. É preciso que sejam feitos investimentos na educação geral e fundamental. Além disso, é preciso que seja feito um esforço maior para estimular os mais de 30.000 africanos com títulos de doutorado, que atualmente vivem fora do continente, a voltar para seus países de origem. O desenvolvimento da capacidade da África é uma prioridade urgente, especialmente no que diz respeito às questões econômicas e financeiras. Também precisamos, urgentemente, tomar medidas para combater a pandemia de HIV/AIDS, especialmente nos países onde a expectativa de vida começou a cair de maneira alarmante.

Terceiro, é óbvio que no decorrer da última década, muitos países em desenvolvimento progrediram no sentido de liberalizar seus mercados, tendo obtido considerável sucesso. Embora isso seja essencial para se tornar um membro totalmente integrado à economia global, nos últimos dois anos ficou também evidente a necessidade que todos os países têm de implementar medidas microeconômicas, como mecanismos sólidos de consultoria e fiscalização, fórmulas apropriadas de adequação de capital, observância dos direitos dos acionistas e práticas transparentes de divulgação de informações financeiras. Com essas melhorias institucionais, tanto os investimentos estrangeiros diretos quanto a privatização podem exercer todo o seu efeito catalizador sobre o crescimento econômico e a capacitação dos países. Ao mesmo tempo, os líderes dos países em desenvolvimento precisam dedicar mais atenção ao desenvolvimento desses mecanismos regulamentares financeiros para esclarecer e garantir a observância das "regras do jogo" de forma a atrair volumes significativos de investimentos.

Quarto, os governos devem manter o rumo das reformas macroeconômicas. Os Estados Unidos tentarão liderar pelo exemplo e manter seus mercados abertos. Em virtude da Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act] (AGOA), os africanos poderão exportar um número muito maior de produtos para os Estados Unidos, com isenção de impostos. Mas as nações africanas precisam fazer a sua parte, continuando a liberalizar, privatizar e estimular o crescimento do setor privado nas suas economias, procurar investimentos estrangeiros e remover barreiras ao comércio doméstico e internacional. A privatização, por

exemplo, pode resultar na introdução de novas tecnologias, novas técnicas de gerenciamento e novo capital de investimento nas empresas que, anteriormente, eram estatais. Reformas desse tipo podem também contribuir para que o ambiente se torne mais convidativo para os investidores, e podem proporcionar ligações importantes entre as economias africanas e outras nações atuantes no comércio internacional.

Os Estados Unidos enfrentam obstáculos no seu relacionamento econômico bilateral com a África — isso acontece no nosso relacionamento com todos os nossos parceiros comerciais. Muitos países africanos continuam a impor tarifas que estão entre as mais elevadas do mundo. Os Estados Unidos continuarão a defender, vigorosamente, uma redução das barreiras tarifárias e não tarifárias, bem como a observância das obrigações junto à Organização Mundial do Comércio. Isso inclui a proteção dos direitos de propriedade intelectual e a observância de outras normas críticas para o crescimento das exportações, para atrair investimentos e para a elevação das taxas de crescimento.

A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalmente, em conjunto, os Estados Unidos e a África precisam lançar uma campanha global pelas boas práticas governamentais e contra a corrupção.

- A convenção anticorrupção da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que é direcionada para o lado da oferta da equação da corrupção, entrou em vigor em fevereiro deste ano. Doze países membros da OCDE ratificaram a convenção, e espera-se que outros o façam nos próximos meses. Os estados que ratificaram e implementaram a convenção estão tratando o pagamento de propinas como crime. O objetivo dos Estados Unidos, que baniram a prática do pagamento de propinas, nas suas empresas, mais de 20 anos atrás, e, agora, da OCDE, é fazer com que o preço e a qualidade sejam os fatores determinantes nas decisões referentes às aquisições públicas.
- A OCDE, assim como a Organização dos Estados Americanos, começou a lidar com o lado da oferta das propinas. Essas duas organizações estão explorando meios de coibir o suborno.
- Na África, muitos países estão começando a enfrentar a corrupção de frente, porque, cada vez mais, ela é vista

como o mais sério obstáculo para o desenvolvimento econômico e social e para a criação de um ambiente favorável para os investidores.

- Neste contexto, aplaudimos as providências tomadas pelo Banco Mundial no sentido de fazer com que as práticas de combate à corrupção tenham uma importância capital nas suas atividades globais, inclusive na África. Também aplaudimos as numerosas iniciativas dos governos africanos para a implementação de estratégias nacionais de combate à corrupção. Estratégias eficazes de combate à corrupção são vitais para a integração total da África à economia global.

O presidente Clinton definiu muito bem a situação quando anunciou a Parceria para o Crescimento Econômico e Oportunidades em junho de 1997: "No momento em que as nações da África participam da marcha rumo à liberdade e às práticas de livre mercado, a nossa nação tem um profundo interesse em ajudar a garantir que esses esforços produzam efeitos positivos. Uma África que está adquirindo vitalidade em uma época em que a tecnologia, o comércio, as comunicações e as viagens estão trazendo milhões de pessoas para a economia global, é um continente de maior estabilidade, mercados em expansão, e parceiros mais fortes." Uma parceria é uma situação em que os participantes recebem alguma coisa mas também contribuem com alguma coisa. É uma união formada para atingir uma meta ou uma aspiração que se compartilha. Assumimos nossa posição, lado a lado com os africanos, no momento em que eles tomam as medidas necessárias para ingressarem na comunidade mundial de nações e para se tornarem aliados mais prósperos no próximo século. □

□ A NOVA ABORDAGEM DA ÁFRICA EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO: UM BALANÇO DA SITUAÇÃO

Mima S. Nedelcovych, Presidente, Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa], e Vice-Presidente de Operações Internacionais, F.C. Schaffer & Associates, Inc.

Muitos países africanos progrediram de maneira significativa nos últimos anos, no sentido de reorientar suas economias para o setor privado, diz Mima S. Nedelcovych, presidente do Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa], uma associação de empresas americanas sem fins lucrativos, que promove o comércio e os investimentos na África.

Esse progresso tem ocorrido em novas políticas e atitudes no que diz respeito à privatização, ao mercado de ações e à integração regional. Embora em alguns países africanos os negócios tenham se tornado uma rotina, em outros há um certo atraso, e o recrudescimento de conflitos armados tem sido um grande obstáculo para o progresso do continente, diz Nedelcovych.

No decorrer da década de 90, os líderes africanos, em geral, adotaram uma nova postura no que diz respeito ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, que enfatiza o setor privado em detrimento do estado, a abertura aos investimentos estrangeiros e ao comércio exterior e a integração com a economia mundial. O progresso rumo a esses objetivos tem variado. Alguns países têm sido muito bem sucedidos, ao passo que em outros têm ocorrido grandes reveses, com o ressurgimento dos conflitos armados como um grande obstáculo ao progresso na África.

A nova abordagem tem representado mudanças fundamentais para muitos governos, determinando que eles eliminem regulamentos, privatizem empresas estatais e tomem outras providências para criar um ambiente mais competitivo e favorável aos investidores. Na região sul da África, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Botswana são excelentes exemplos de países onde as reformas foram implementadas e os negócios estão sendo feitos rotineiramente. Esses países se abriram para a economia global e estão sendo bem sucedidos nos seus esforços para atrair investimentos.

Estes países fazem parte do Mercado Comum da África Oriental e do Sul [Common Market for Eastern and Southern Africa] (COMESA), um novo grupo regional no qual, com certas exceções, os negócios estão se tornando "normais", nos quais a prioridade, para os empresários estrangeiros, é se reunir com seus parceiros do setor privado, em vez de com autoridades governamentais.

Na África Ocidental, Costa do Marfim, Senegal, Burkina Faso e Mali — nações de língua francesa que adotam uma moeda comum, o franco CFA — também são países em que os negócios se tornaram rotina. A vizinha Gana está indo muito bem, e há muita esperança no que se refere à Nigéria, com seus líderes recentemente eleitos. A Nigéria, o maior mercado do continente, com uma população de quase 120 milhões de pessoas, tem muitos habitantes com um alto nível de escolaridade. Possui também recursos naturais que sustentam a agricultura, além de suas reservas de petróleo, que são bem conhecidas.

Mas outros países estão ficando para trás ou regredindo. Um trágico aumento nas ocorrências de conflito armado é responsável pela grande maioria desses casos. A Etiópia e a Eritreia, elogiadas poucos anos atrás como parte do "Renascimento Africano", estão envolvidas em guerra de fronteira. A África Ocidental tem bolsões de conflitos, como é o caso de Guiné Bissau e Serra Leoa. Na África Central, a situação é horrível — o conflito na República Democrática do Congo está agindo quase como um redemoinho, envolvendo os países vizinhos.

As nações envolvidas em conflitos têm menos possibilidades de progredir. Elas não podem se concentrar em reformas, como privatização, porque o conflito tem prioridade. Em grande parte, esses países estão se marginalizando.

UM AMBIENTE PARA INVESTIMENTOS EM FASE DE MELHORIA

Os tipos de atividades que atraem a maior parte dos investidores estrangeiros continuam a ser os itens naturais de valor elevado, como o petróleo, gás, madeira, minerais, etc. Nessas áreas, os investidores podem aplicar seu dinheiro e obter retorno rapidamente, ou podem tentar aliviar e equilibrar os riscos através de lucros mais altos em potencial.

Mas mesmo para esses tipos de atividades, se o ambiente para investimento for pobre, as empresas se dirigirão a outros locais.

A África possui recursos naturais abundantes, que estão começando a se desenvolver. Isto é importante porque a agricultura, pela sua própria natureza, é um grande empregador. No entanto, os investimentos em agricultura, geralmente requerem um comprometimento a longo prazo. Minha firma, F.C. Schaffer & Associates, tem como principal atividade a construção e a operação de instalações para o processamento de açúcar nos países onde fazemos negócios. Nossos investimentos precisam de 5 a 10 anos para começar a apresentar um retorno. Como nossos investimentos são a longo prazo, nós nos envolvemos muito com os detalhes do ambiente local para investimentos.

Pelo que tenho visto como investidor e com o Conselho Corporativo para a África, muitos países africanos progrediram muito no que se refere aos problemas que, no passado, desestimulavam o investimento e o crescimento.

Privatização e Infra-Estrutura: A privatização, no momento, está encontrando grande aceitação em todo o continente africano. Ela está relacionada ao desenvolvimento da infra-estrutura, pois muitas das atividades que estão sendo privatizadas estão na área de infra-estrutura.

Uma área que tem tido um desenvolvimento extraordinário nesse aspecto é a geração de energia. Atualmente, os governos africanos estão dispostos a aceitar produtores de energia independentes e privados. Isso é extremamente importante para os investidores que estão montando suas instalações e que precisam instalar suas próprias usinas de geração de energia, o que é comum na África. A opção de vender a energia excedente para a malha energética nacional é um fator importante,

para as empresas, na determinação da viabilidade de um investimento. Essa nova perspectiva por parte dos governos africanos, também representa uma importante mudança de atitude, segundo a qual a energia não precisa ser produzida por uma grande entidade governamental.

Há também um interesse cada vez maior em instalações que funcionam mediante o pagamento de taxas de serviço. Isso inclui rodovias pedagiadas, como a estrada Resano Garcia entre Moçambique e a África do Sul, pontes com pedágio e aeroportos. Alguns governos, como o da Costa do Marfim, melhoraram os serviços aeroportuários, permitindo que concessionárias do setor privado operassem as instalações. A privatização das operações aeroportuárias em Libreville, Gabão, também resultou em maior eficiência.

As telecomunicações são outra área na qual a privatização está progredindo. Como muitos governos africanos não dispõem dos recursos para expandir adequadamente e operar os sistemas estatais de telefonia, eles apelaram para o setor privado, que está implantando sistemas que empregam a tecnologia mais moderna e que têm um custo de instalação mais baixo.

Cada vez mais, os governos africanos estão percebendo que podem estimular o desenvolvimento e obter um retorno na sua infra-estrutura, por meio das estruturas regulamentares adequadas, sem ter que se envolver em todos os detalhes e sem lançar mão de escassos recursos orçamentários nacionais.

Mercados de Ações: Outro progresso importante na África tem sido o desenvolvimento de mercado de ações. Isso acompanha diretamente a privatização, porque os mercados de ações proporcionam uma estrutura para que os governos vendam ações das empresas estatais para investidores locais.

Tem havido progresso no estabelecimento de um mercado regional de ações em Abidjan, que se beneficia da moeda comum dos países da África Ocidental, o franco CFA. Alguns mercados menores obtiveram bastante sucesso, como é o caso de Nairobi e Kampala. O mercado de ações de Johannesburg, o maior da África, negocia, principalmente, ações de empresas da África do Sul, mas inclui algumas empresas de outros países da Comunidade para o Desenvolvimento da África do Sul.

Os mercados de ações ajudam a atrair capital estrangeiro, como fundos institucionais, porque eles proporcionam

uma saída para os investidores. Eles também permitem que os africanos, que estão mantendo seu dinheiro fora da África, invistam mais perto de seus países de origem.

Estrutura Legal Comum e Integração Regional: Há 48 países africanos ao sul do Saara, muitos dos quais são muito pequenos. É muito importante que sejam criadas leis comerciais, regulamentos e práticas, como práticas contábeis padrão, que um grupo de países africanos concorde em cumprir. Regulamentos e leis comuns para um grupo de, digamos, 100 milhões de pessoas, fazem com que uma região se torne muito mais atraente. A África Ocidental de língua francesa tem progredido muito nesse aspecto, em parte por causa da sua moeda comum.

Outra coisa crucial para a integração regional é a capacidade de fazer com que as mercadorias atravessem fronteiras sem atrasos indevidos. A COMESA obteve algum sucesso no sentido de facilitar o movimento de mercadorias e pessoas.

Suborno e Corrupção: A nova convenção anti-suborno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico [Organization for Economic Cooperation and Development] (OECD) é muito útil no combate à corrupção. Como ela criminaliza o pagamento de suborno por empresas dos países industrializados da OCDE, empresas como a minha não ficam em desvantagem por não pagarem suborno. Mas o problema de corrupção em um nível inferior — de pequenas propinas e gratificações exigidas por autoridades de cargos mais baixos, como policiais — continua. Esta situação surge devido ao fato de que os governos têm um número excessivo de funcionários públicos que recebem salários muito baixos, que, tradicionalmente, reforçam seus orçamentos com subornos. Infelizmente isso acontece em muitos países em desenvolvimento, e leva tempo até que as mudanças possam ser implementadas. O Banco Mundial desenvolveu alguns programas para tratar deste problema, mas no final das contas, cabe a cada governo estabelecer os orçamentos adequados para os serviços que proporciona.

IFIs e Redução da Dívida: Assim como acontece no resto dos países em desenvolvimento, a quantidade de capital privado que chega à África está crescendo. Mesmo assim, muitos países africanos têm uma necessidade contínua de obter empréstimos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras internacionais (IFIs) para preencher lacunas deixadas pelo setor privado. Muitos investimentos privados partem da premissa de que há

uma necessidade paralela de obtenção de recursos públicos para certos itens de infra-estrutura. Portanto, a colaboração entre os setores público e privado é, de fato, essencial. Os programas de empréstimos do Banco Mundial também ajudam quando se trata de questões cruciais de desenvolvimento como melhorias nas práticas governamentais e reformas no serviço público. Isso inclui programas de combate à corrupção que criam uma estrutura de amparo social para os funcionários públicos deslocados pelas reformas.

As IFIs também podem ajudar a reduzir o peso da dívida, o que, na atual conjuntura, é simplesmente inevitável. Em alguns países, os juros estão se acumulando cada vez mais. Esses países não podem seguir em frente a não ser que haja uma diminuição substancial da dívida.

A redução da dívida, no entanto, deve ser seletiva. Se os valores economizados forem direcionados aos gastos com a infra-estrutura econômica e social, a redução da dívida é útil. Mas se um país utilizar essas verbas para adquirir mais armas ou desperdiçar o dinheiro em investimentos que o setor privado poderia administrar melhor, a história é outra. É preciso que sejam estabelecidas condições. □

❑ A ÁFRICA SE ADAPTA À ECONOMIA GLOBAL

Entrevista com Edith G. Ssempala, embaixadora da República de Uganda nos Estados Unidos

O desenvolvimento do setor privado é essencial para que haja prosperidade na África, diz a embaixadora Edith G. Ssempala, da República de Uganda. Os países africanos devem procurar investimentos estrangeiros, ela diz, observando que a indústria têxtil, os calçados e os produtos agrícolas representam setores promissores.

A ajuda externa que estimulou a independência prejudicou a África, diz a embaixadora Ssempala, e a construção do setor privado foi excluída dos programas de assistência. Na opinião da entrevistada, a África precisa agir mais no sentido de se integrar à economia global. Isso inclui os esforços para atribuir poder às mulheres na África e acabar com os conflitos étnicos.

Esta entrevista foi conduzida por Barbara Durant e Phillip Kurata, da Equipe Econômica da USIA.

Pergunta: A senhora disse que o comércio e os investimentos no setor privado são essenciais para acabar com a pobreza na África e que a ajuda externa é secundária. A senhora pode explicar essa opinião?

Embaixadora Ssempala: Eu não tenho nenhum problema com a ajuda em si. O que eu questiono é a qualidade da ajuda e a motivação para a ajuda à África. Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa teve o Plano Marshall e o Japão foi reconstruído com ajuda dos Estados Unidos. Essa ajuda foi, basicamente, um investimento nas suas economias, para que os países pudessem cuidar de si mesmos. No caso da África, a ajuda é, basicamente, motivada por pena e caridade. O setor privado não tem sido beneficiado pelos programas de ajuda à África. Uma ajuda que cria dependência é muito perigosa e chega a ser prejudicial. Uma ajuda que atribui poder às pessoas, para que elas possam caminhar com as suas próprias pernas, é correta e muito necessária. É preciso que a ajuda tenha como objetivo ajudar a África a conquistar a sua independência.

P: De que forma os programas de ajuda podem ser modificados para que se tornem mais benéficos?

Ssempala: Não há dúvida de que somente o setor privado pode estimular o crescimento econômico. Gostaríamos que houvesse um equilíbrio, e que obtivéssemos ajuda para cuidar das necessidades que não podem esperar, como a saúde e a educação, e ao mesmo tempo para desenvolver a nossa própria capacidade no setor privado. Essa mesma combinação deu certo em outros países, como a Coreia do Sul, que já não necessitam mais de ajuda. É por isso que, neste momento, os membros do corpo diplomático da África, apóiam veementemente a aprovação da Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act]. Acreditamos que este será o primeiro passo na direção certa.

P: Há muito tempo os recursos naturais são os principais objetivos dos investimentos estrangeiros na África. Quais são os outros setores que estão prontos para serem desenvolvidos?

Ssempala: A exploração dos recursos naturais, como petróleo e outros minerais, na verdade, não tem trazido benefícios para a África. O fato de que um país pode ser rico em petróleo e diamantes, mas o seu povo vive na pobreza, é um paradoxo. Em comparação, os povos dos países produtores de petróleo do Oriente Médio estão ricos. Alguma coisa deve estar errada. Aceitamos, de bom grado, investimentos na agricultura, que é um recurso inexplorado, bem como nas indústrias de turismo e serviços. Estamos interessados em alta tecnologia. Na nossa opinião, a África tem o potencial para desenvolver a sua indústria têxtil porque achamos que em breve a China vai passar da fase da produção de têxteis. Maurício, Quênia e Uganda estão estabelecendo fortes setores têxteis. Em Uganda, estamos criando uma indústria de seda com arbustos de amora silvestre, uma planta que se dá muito bem em Uganda. Estamos cultivando algodão de fibra longa, que é o melhor tipo de algodão. A indústria de calçados está crescendo na África. No futuro virão os brinquedos. Essas indústrias não requerem mão-de-obra muito especializada, mas criam muitos empregos.

P: Os investimentos estrangeiros envolvem muito risco. Que mudanças ocorreram na África, a ponto de inspirar, em um empresário estrangeiro, confiança para investir no continente, tendo em vista o seu histórico de instabilidade e corrupção?

Ssempala: A corrupção inibe o investimento, mas ela não é o problema mais sério.

A instabilidade política é muito, muito importante, porque as pessoas têm que se sentir seguras, especialmente se vão investir a longo prazo. A África mudou muito. Quinze anos atrás, tínhamos instabilidade política. Em Uganda, tínhamos uma terrível ditadura, e ninguém sabia se conseguiríamos nos livrar dela. A África do Sul se livrou do apartheid; agora, o país é uma democracia, e como tal, se uniu ao resto do mundo. A Namíbia também evoluiu de forma similar. Sim, ainda temos bolsões de instabilidade, mas acho que a África está passando por um processo de auto-purificação.

Há duas coisas importantes que têm que ser reconhecidas na África, atualmente. Primeiro, percebemos que a democracia é essencial para a estabilidade política e para o desenvolvimento econômico, porque ela atribui às pessoas o poder de serem criativas e de participarem da produção. Segundo, estão sendo implementadas reformas econômicas em muitos países africanos. Os líderes africanos perceberam que os governos são incapazes de gerenciar a economia no nível localizado. Eles compreendem que o setor privado precisa tomar a dianteira na geração do crescimento.

Há um consenso geral de opinião sobre as políticas fiscais necessárias para que se tenha uma economia estável: é preciso manter a inflação em um patamar baixo e equilibrar o orçamento. Esses ajustes estruturais têm sido criticados por serem duros, mas eu não creio que a África tenha outra opção.

P: A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico está implementando um tratado de acordo com o qual o suborno de autoridades estrangeiras é crime. Qual é a sua opinião sobre esse tratado?

Ssempala: O tratado é muito, muito importante. Em cada caso de corrupção existem os dois lados. Seria muito difícil, talvez impossível, reduzir a corrupção de forma significativa, a não ser que ataquemos ambos os lados. Nós, em Uganda, consideramos a corrupção um câncer que precisa ser extirpado. Fica difícil obter acesso aos serviços. A situação afeta a educação e a habitação. Devido à corrupção, as pessoas adquirem bens e serviços

de qualidade inferior pelo que elas pagam. O combate à corrupção é vital para a sobrevivência das sociedades.

P: Quais são as reformas mais urgentes que os governos africanos precisam fazer para se tornarem parceiros responsáveis de investidores estrangeiros?

Ssempala: Basicamente, eles precisam dar continuidade ao que já está acontecendo — isto é, liberalização econômica e política, e a consolidação da democracia e dos direitos humanos. Também precisamos resolver conflitos que ainda existem. Uganda, por exemplo, investiu muita energia na tentativa de encontrar uma resolução para o conflito no Congo. Esperamos que o conflito entre a Etiópia e a Eritreia chegue ao fim. Esperamos que nunca mais haja genocídio na África, porque isso prejudicou grandemente a imagem da África. O trabalho de se consolidar a paz, a democracia e a justiça é muito, muito importante.

P: Os Estados Unidos têm menos experiência no que diz respeito à África do que as antigas potências coloniais, como a França e a Grã-Bretanha. O que os Estados Unidos podem oferecer à África em termos de comércio e investimentos, que os países europeus não podem?

Ssempala: Queremos que todos se interessem pela África, e há espaço para todos.

Os Estados Unidos contribuíram para o progresso econômico de todos os países. Você pode citar qualquer país que tenha prosperado economicamente, como a Alemanha, ou o Japão, e agora, a China. Todos eles têm laços econômicos muito fortes com os Estados Unidos. Os Estados Unidos são o maior mercado, e achamos que a nossa relação econômica com esse mercado é muito importante para acelerar o nosso desenvolvimento. Também achamos que os negros americanos podem agir como uma ponte entre a África e os Estados Unidos.

P: Uganda é um dos membros-fundadores do Mercado Comum da África Oriental e do Sul. Vinte e dois países assinaram o documento constitutivo do COMESA, que tem como objetivo harmonizar a legislação aduaneira, as políticas fiscais e os regulamentos comerciais. Até que ponto o COMESA tem obtido sucesso?

Ssempala: O COMESA é uma área econômica muito importante. Há um compromisso, por parte da África, no sentido de buscar a integração econômica, mais cedo ou mais tarde, mas isso ainda vai demorar. Antes disso, muitos tijolos ainda precisam ser assentados. Um desses

tijolos é o COMESA. Há outras entidades regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern Africa Development Community], o grupo de Cooperação da África Oriental [East African Cooperation group], a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental [Economic Community of West African States] e o grupo Maghreb no Norte da África. O objetivo é integrar os mercados regionais, formando um só mercado.

O COMESA progrediu muito. Ele possui um secretariado muito atuante em Zâmbia. Atualmente é possível levar mercadorias da África Oriental até o sul do continente. O maior desafio é a construção de mais infraestrutura. Cada país se encontra em um nível diferente de reforma econômica.

Esperamos que Uganda, o Quênia e a Tanzânia se tornem uma comunidade econômica muito em breve. Estamos progredindo no sentido de trabalhar com tarifa zero. Estamos começando a promover a África Oriental como uma área de investimento.

P: Uganda tem uma moeda conversível e um mercado local de ações. Ao liberar o fluxo de capital, o país também está se arriscando, por permitir que o capital saia, com a mesma facilidade com que entra?

Ssempala: Acho que a globalização já não é mais uma questão de opção. Simplesmente temos que nos adaptar. Em Uganda, estudamos cuidadosamente a situação, para ver se devíamos abrir completamente o nosso mercado. O presidente e o seu governo chegaram à conclusão de que se as pessoas não puderem sair, vai ser difícil fazer com que elas entrem. Se você quiser que as pessoas entrem, elas têm que ter a possibilidade de sair facilmente quando desejarem. A questão é como atraí-las de modo que elas não queiram ir embora. Precisamos garantir que haja boa regulamentação e que não haja corrupção. Queremos ter mecanismos que proporcionem abertura, mas definitivamente, não estamos interessados em expor o país em excesso. Basicamente, achamos que nenhum país pode se dar ao luxo de ficar isolado do sistema de comércio global.

P: Os investidores estrangeiros precisam de mão-de-obra especializada. Onde eles vão encontrar essa mão-de-obra?

Ssempala: Nossas universidades e escolas técnicas formam muitas pessoas todos os anos, e um dos maiores desafios é encontrar empregos para os formandos. Há um superávit de formandos bem treinados e com excelente capacidade para receber treinamento, para os quais não há empregos.

P: As diferenças étnicas e tribais freqüentemente são associadas à instabilidade da África. De que forma essa questão está sendo tratada?

Ssempala: O fenômeno conhecido como tribalismo, ou preconceito religioso, não é um fenômeno originário da África. Trata-se de uma coisa que foi importada. Acho que o maior desafio para a África não é a tribo. A maioria dos conflitos na África é o resultado da exploração, pelos líderes, das disputas entre as tribos, as religiões e os clãs. Atualmente, a maioria dos africanos estão rejeitando tal exploração.

Em Uganda, atualmente, temos a lei anti-sectarismo, de acordo com a qual uma pessoa que faz o bem o mal o faz por sua conta, em vez de representar outras pessoas, a sua tribo ou a sua religião. Quando uma pessoa é julgada, ela é julgada pelas suas ações, e não por pertencer a uma tribo. Achamos que isso é muito importante, pois separa o indivíduo e o que ele faz, do seu grupo.

P: O presidente de Uganda, Yoweri Museveni, enfatizou a necessidade de atribuir poder às mulheres. Que efeito isso tem tido no desenvolvimento econômico e na criação de microempresas?

Ssempala: O presidente Museveni tem insistido na atribuição do poder às mulheres porque não se trata apenas de uma boa coisa em termos políticos, mas é também uma boa coisa em termos econômicos. Se você deixar mais da metade da população fora do mercado, você reduz o seu mercado. Além disso, as mulheres constituem a espinha dorsal das suas famílias e comunidades. Dizem que se você educar a mulher, você educa a família e a nação.

A atribuição do poder às mulheres influenciou de maneira positiva o bem-estar das famílias, pois quando as mulheres têm dinheiro, elas o gastam com os seus filhos.

P: De que forma o poder foi atribuído às mulheres?

Ssempala: Sob o ponto de vista político, temos a ação afirmativa. Temos um sistema de quotas no nosso parlamento. Temos o sufrágio universal. Além disso, temos quotas para as mulheres nos níveis de governo distrital e local. Na verdade, é preciso que um terço das pessoas eleitas para cargos públicos locais sejam mulheres. Sob o ponto de vista econômico, as mulheres são estimuladas para que abram empresas — microempresas. Há algumas organizações que apóiam, especificamente, o desenvolvimento de microempresas dirigidas por mulheres. Vemos muitas mulheres que evoluíram,

partindo de uma situação em que ganhavam somente algumas centenas de dólares para uma situação em que ganham milhares de dólares, em apenas alguns anos. Isso é significativo. □

❑ PROMOVENDO A ÁFRICA SUB-SAARIANA COMO UM CAMPO PARA O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Louis T. Wells, professor de administração internacional, Escola de Pós-Graduação em Administração de Empresas de Harvard [Harvard Graduate School of Business Administration]

Os países africanos que implementaram reformas, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros com mais facilidade, devem estar prontos para iniciar campanhas para promover suas vantagens e procurar investidores em potencial, diz Louis T. Wells, da Escola de Administração de Empresas da Universidade de Harvard [Harvard Business School]. Esses esforços promocionais não são baratos nem fáceis. Uma abordagem eficaz, diz Wells, seria se vários países se unissem, formando um "pool" de recursos para divulgar suas atrações e para desenvolver políticas comuns de investimento. Eles também devem procurar saber que estratégias devem ser evitadas, como por exemplo, contar com incentivos fiscais e missões para investimentos generalizados, que, segundo ele diz, na maioria das vezes não são eficazes.

A experiência sugere que as reformas econômicas, apenas, não atrairão os investidores estrangeiros para a África. As reformas geralmente têm que ser acompanhadas por um programa ativo de marketing ou de promoção de investimentos, que se destine a "vender" as oportunidades do mercado africano. A promoção bem sucedida dos investimentos pode ser cara e deve ser cuidadosamente dirigida, para que seja eficaz. Os países africanos que tiverem uma filosofia similar devem pensar na possibilidade de realizar programas de promoção em conjunto — com um enfoque nas atividades de construção de imagem. Nesses esforços em conjunto os países não apenas compartilhariam os custos de se mudar as percepções dos investidores; eles também se comprometeriam com um conjunto padrão de reformas e concordariam com a instituição de um conjunto comum de políticas tendo como objetivo os investimentos.

É preciso ter cuidado. Frequentemente, as perspectivas de grandes quantidades de investimentos estrangeiros que podem fluir para a África são promovidas de maneira exagerada. A participação da África, no total dos investimentos, no bloco dos países em desenvolvimento, tem diminuído nos últimos anos. Como os seus mercados são relativamente pequenos e eles não têm fronteiras com países ricos, os países africanos têm poucas probabilidades de atrair investimentos estrangeiros em

volumes que podem exercer um impacto significativo na formação total de capital — pelo menos no futuro próximo. As exceções podem ser os países com recursos minerais ou outros recursos naturais. Por outro lado, os benefícios dos investimentos estrangeiros que, de fato, são feitos, podem não ser proporcionais ao que se implica a partir dos números, como um todo. Por exemplo, os investimentos estrangeiros em manufatura para exportação podem estimular as firmas locais para que elas exportem, e a administração estrangeira pode aumentar a eficiência das antigas empresas estatais. Acima de tudo, mesmo se a quantidade de investimento estrangeiro for menor do que seria desejável, as reformas implementadas com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros são do mesmo tipo das reformas que estimulam o investimento doméstico.

Um governo precisa decidir que tipos de investimentos são desejados e que têm possibilidade de serem atraídos para um país. Quando as autoridades governamentais pensam em investimentos estrangeiros, elas frequentemente têm em mente investidores que fabricarão produtos para o mercado doméstico. As cervejarias, as fábricas de baterias, as indústrias de cimento e as refinarias, de propriedade de empresas estrangeiras, que estão se espalhando por toda a África, são exemplos desse tipo de investidor. É óbvio que esses investidores estão interessados no tamanho do mercado local. O tipo de investidor que é particularmente atraente para os governos é o investidor que fabricará produtos para os mercados de exportação. Devido à concorrência global, no entanto, pode ser particularmente difícil atrair empresas de manufatura para a exportação para se instalarem em um país que não tenha uma reputação associada a esse tipo de indústria. A África tem tido muita experiência com um terceiro tipo de investidor — aquele que vem para extrair uma matéria prima ou para investir em plantações.

ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO A SEREM EVITADAS

As experiências dos países da Ásia e de alguns países da América Latina em atrair investimentos estrangeiros oferecem algumas lições importantes para os países africanos, no que se refere às estratégias que devem ser evitadas.

Os Incentivos Fiscais Geralmente São Ineficazes. Sob o ponto de vista de política, o erro mais comum que um país pode cometer é contar com os incentivos fiscais — especialmente os períodos de isenção de impostos — para atrair investimentos estrangeiros. Vários estudos têm demonstrado que os incentivos fiscais são quase totalmente ineficazes quando se trata de atrair investimentos para o mercado doméstico e só exercem um pequeno impacto sobre as empresas que fabricam produtos para exportação. Taxas reduzidas de tributação podem ser necessárias se a carga tributária para as empresas, no país, for excessivamente alta, mas é melhor reduzir o índice de tributação como um todo do que introduzir um sistema de incentivos.

A Criação de Órgãos Governamentais do Tipo "Faz-Tudo". Muitos países ansiosos para atrair investimentos estrangeiros criaram órgãos governamentais do tipo "faz-tudo" — órgãos incumbidos de emitir todas as licenças necessárias, para um investidor estrangeiro, ou auxiliar o investidor no processo de obter essas licenças junto a outras autoridades. Apesar das boas intenções dos governos, na maioria dos casos esses órgãos rapidamente se transformaram em mais uma barreira para os investimentos estrangeiros. Sem o sólido apoio dos principais líderes do país, os órgãos do tipo "faz-tudo" perdem rapidamente sua capacidade de emitir licenças que sejam honradas pelos órgãos implementadores das políticas do governo, e os investidores preferem negociar diretamente com os órgãos responsáveis.

A Promoção de um País Antes da Hora. Vários países iniciaram seus esforços para a promoção de investimentos antes de as reformas se completarem e antes de as políticas se estabilizarem. A promoção antes da hora não é apenas um desperdício de dinheiro; ela também pode ser prejudicial. Se um país promover as suas reformas antes de as mesmas estarem completas, os investidores em potencial, que investigarem a situação e que descobrirem que o ambiente ainda não é propício, provavelmente não voltarão para dar uma segunda olhada. Há certas atitudes referentes à promoção que podem ser tomadas, com

segurança, no início do processo. O atendimento aos investidores que já estão no país ajuda a determinar se as reformas, de fato, já estão firmemente implementadas, e ajuda a identificar as políticas que precisam ser revistas ou as reformas que ainda devem ser realizadas.

Combinações Inadequadas de Ferramentas de Promoção. As pesquisas têm demonstrado que somente a construção da imagem — propaganda e missões relacionadas aos investimentos em geral — muito raramente resulta em investimentos. Na melhor das hipóteses, essas coisas servem para transmitir, para os investidores em potencial, informações sobre as políticas e impressões gerais de um país. Por exemplo, os investidores em potencial — especialmente os que não estão ligados às indústrias de matéria-prima — tendem a agrupar os países africanos. Eles assumem que a instabilidade social é mais abrangente do que realmente é, e que a maioria dos países africanos recuaram, afastando-se do caminho das reformas. No caso dos países africanos que implementaram reformas, as atividades para a construção da imagem são apropriadas para corrigir as impressões errôneas dos investidores. No entanto, essas atividades devem ser seguidas de atividades "que possam gerar investimentos".

Os governos acham particularmente difícil organizar atividades que gerem investimentos, especialmente aquelas relacionadas com as apresentações pessoais com fins promocionais. Para serem eficazes, as autoridades governamentais precisam escolher firmas que tenham probabilidade de investir no país, e precisam fazer apresentações cuidadosamente preparadas para os diretores das empresas. Poucos burocratas possuem a habilidade de comunicação, o conhecimento dos negócios, a confiança e a iniciativa para tais atividades. Além disso, os governos geralmente não dedicam os recursos suficientes ao atendimento tanto dos investidores atuais quanto daqueles em potencial — programando visitas dos investidores, enviando funcionários para recebê-los no aeroporto, acompanhando-os durante as formalidades de entrada no país, fornecendo guias e ajudando-os a obter as autorizações e licenças necessárias.

A Não Identificação do Público-Alvo. Um dos erros comuns nos esforços de promoção é o fato de que os investidores em potencial não são identificados. O trabalho de promoção é caro, e portanto ele deve ser focalizado nos investidores desejados, e que provavelmente têm algum interesse no país. A identificação do público-alvo requer uma habilidade

considerável, e às vezes requer também a ajuda de organizações ou pessoas de fora. Frequentemente as idéias ou os investidores em potencial podem se originar das experiências de países similares. A identificação do público-alvo deve ser feita não apenas tendo o tipo de indústria como critério, mas também de acordo com o tamanho e o país de origem do investidor. As melhores opções nem sempre são as mais óbvias.

Confiar nas Embaixadas para o Trabalho de Promoção.

Vários países têm contado com as suas embaixadas e consulados no exterior para promover os investimentos estrangeiros. Eles acham que, por terem uma presença no exterior, eles não precisam estabelecer mais nenhuma infra-estrutura. Os resultados dessa prática têm sido decepcionantes. Os funcionários das embaixadas e consulados são pessoas cujas carreiras se baseiam na diplomacia, e não nos negócios. Geralmente eles não têm a habilidade e nem a facilidade — e nem recebem os benefícios — para contactar empresas estrangeiras. Eles podem fornecer literatura referente aos investimentos, se você pedir, mas eles quase nunca adotam uma postura agressiva na busca de investidores.

Preparação de Estudos de Viabilidade. Alguns países têm pessoas especializadas na preparação de estudos de viabilidade para investidores em potencial. Na grande maioria dos casos, esses esforços têm sido desperdiçados. Os investidores privados raramente têm muita confiança em propostas de negócios preparadas por governos. As firmas de investimentos financeiros que investem na África constituem uma exceção. Essas firmas têm grandes possibilidades de serem dirigidas por membros da Diáspora Africana e podem ter uma importância capital para alguns países africanos. A melhor abordagem, contudo, é apresentar essas firmas de investimentos financeiros aos empresários locais que tenham propostas de negócios.

A NECESSIDADE DE UNIR OS RECURSOS

A primeira fase da promoção para os investimentos é a construção da imagem — pode ser cara. Muitos países africanos acham impossível dedicar recursos suficientes do seu orçamento às mudanças de imagem e à geração de investimentos. Uma solução é a união entre países africanos de mentalidade similar, fazendo um "pool" para realizar esse trabalho.

Um grupo inicial de países, agindo em um processo de cooperação, consistiria de nações que tenham instituído

reformas importantes, que tenham um histórico de rigorosa implementação dessas reformas, e que procurem investimentos estrangeiros diretos. Para estimular uma identidade, o grupo pode adotar algum nome para o seu trabalho em comum — "Invest Africa" [Invista na África], por exemplo. Embora o grupo deva ser aberto para novos países membros, estes somente devem ser admitidos após uma cuidadosa análise da extensão em que eles implementaram reformas e melhoraram o seu ambiente de investimentos.

Mais cedo ou mais tarde, o grupo pode estimular certas políticas comuns no que se refere aos investidores estrangeiros. Por exemplo, condições para projetos de mineração, normas para participação local e garantias de que os ganhos e investimentos podem retornar ao país de origem do investidor, podem ser padronizadas em todos os países membros. As políticas em comum fariam com que a proteção comum se tornasse mais fácil e mais eficaz.

A construção da imagem, por parte do grupo, consistiria de duas atividades: propaganda e missões gerais de investimento. A propaganda explicaria as reformas e os compromissos assumidos pelos países participantes do grupo. Ela descreveria as oportunidades de investimento e relacionaria as políticas comuns dos clientes em relação aos investimentos estrangeiros diretos. As missões de investimento levariam os investidores em potencial aos países participantes do grupo para apresentações a respeito do ambiente de investimento e para estimular contatos com os empresários locais.

Para ser bem sucedida, a campanha de formação de imagem precisa ser apoiada por atividades que gerem investimentos, por parte de cada país participante do grupo. Embora o grupo possa ter uma única unidade designada para os administradores de empresas que respondam aos anúncios ou que queiram maiores informações, informações detalhadas e apresentações pessoais, precisam ser fornecidas e feitas pelos próprios países membros. Cada um deles precisa ter uma unidade especializada em apresentações associadas aos investimentos, para dar continuidade aos contatos gerados pelo processo de construção de imagem, e finalmente, para identificar firmas, por seus próprios meios, para que as mesmas possam ser contactadas.

Até mesmo os grupos de países africanos têm poucas probabilidades de atrair o máximo possível, em termos de investimentos estrangeiros. Eles precisam de cooperação de países e de instituições multilaterais que podem

proporcionar consultoria sobre a criação de um ambiente propício ao investimento. Para os países que possuem dívidas elevadas, o cancelamento das dívidas pelas instituições multilaterais e ajuda temporária, no balanço dos pagamentos, de fora da África, são essenciais para que as promessas de conversibilidade sejam plausíveis para os investidores em potencial.

Os países mais ricos também podem proporcionar alguma ajuda na redução do risco para os investidores em potencial. A Empresa para Investimentos Privados no Exterior, dos Estados Unidos [U.S. Overseas Private Investment Corporation], a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos [Multilateral Investment Guarantee Agency] do Banco Mundial, e organizações similares, cobrem os riscos de desapropriação, inconvertibilidade de moedas e perturbações da ordem social. O risco também pode ser reduzido se os governos dos países de origem dos investidores permitirem que os prejuízos nos investimentos na África sejam amortizados, se ocorrerem, contra os lucros auferidos em outros locais, inclusive no próprio país de origem.

Finalmente, visitas feitas por representantes de alto nível dos governos dos países de origem dos investidores, aos países africanos que estão implementando reformas, podem fazer mais pela construção da imagem do que qualquer entidade de promoção de investimento. As visitas dos chefes de estado são cobertas pela imprensa do país de origem. Isso chama a atenção dos investidores para os países visitados; freqüentemente os artigos descrevem os resultados das reformas. As visitas de estrangeiros podem resultar em investimentos estrangeiros se a construção da imagem for acompanhada por atividades que gerem investimentos. □

(Este artigo foi adaptado de uma versão mais longa que apareceu em "Africa and the American Private Sector: Corporate Perspectives on a Growing Relationship," publicado pelo Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa].)

❑ SERÁ ESTA A ÚLTIMA CHANCE PARA A ÁFRICA?

George B. N. Ayittey, professor associado de economia da Universidade Americana [The American University], e presidente da Fundação por uma África Livre [The Free Africa Foundation]

Os países africanos chegaram a um ponto em que as reformas são inevitáveis, diz George B.N. Ayittey, professor associado de economia na Universidade Americana, nascido em Gana. Os investidores estrangeiros estão se retirando, a ajuda externa está diminuindo e o fardo da dívida se tornou insuportável, ele diz.

A Lei de Crescimento e Oportunidades na África, [African Growth and Opportunity Act] deve ser considerada uma última tentativa de ajudar as reformas na África a se concretizarem, diz Ayittey. Há muito pouca coisa que o mundo exterior pode fazer para ajudar os países africanos que insistem em não fazer mudanças que deveriam ter sido feitas há muito tempo, ele diz.

Depois de anos de administração inadequada, guerras civis e sistemas econômicos e políticos nos quais a corrupção é endêmica, os doadores internacionais para a África e os investidores internacionais se cansaram. De modo geral, os doadores, no momento, estão condicionando os seus programas de ajuda à África às boas práticas governamentais, ao combate à corrupção, ao pluralismo democrático e à liberalização do mercado. Os investidores estrangeiros também estão se contendo, esperando que os governos africanos conduzam reformas cruciais que incluam mais privatização de empresas estatais, a limitação da regulamentação governamental na economia e melhorias na administração.

Ao mesmo tempo, as instituições financeiras globais e os principais países industrializados estão preparados para dar início a uma série de programas abrangentes de redução de dívida e promoção comercial para a África, que incluem a promessa de reverter décadas de deterioração econômica e política. No entanto, ninguém sabe se os líderes africanos estão dispostos a se beneficiar do que pode ser a sua última chance de diminuir o abismo que existe entre as suas rendas e as das regiões mais prósperas do mundo.

O DECLÍNIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO E O CRESCIMENTO DA POBREZA

O desempenho econômico da África sub-saariana no período pós-colonial tem sido consistentemente inferior ao de outras regiões em desenvolvimento. Para a África sub-saariana, em meados da década de 90, a renda real per capita havia sofrido uma queda de 14,6 por cento em relação ao seu nível de 1965, fazendo com que a maioria dos africanos negros ficasse em uma situação pior do que aquela em que se encontravam por ocasião da independência.

Quatro entre cada 10 africanos vivem em condições de pobreza absoluta, e as evidências recentes sugerem que a pobreza está aumentando. Se a África quiser diminuir a pobreza pela metade no decorrer dos próximos 15 anos, ela precisa atingir e manter uma taxa média de crescimento anual de 7 por cento. Mas como isso pode ser feito? A ajuda externa incondicional, que no passado era responsável por boa parte dos recursos, literalmente se esgotou. Além das condições que agora são impostas pelos doadores, a ajuda externa está sendo afetada pelo cansaço dos doadores, pelos orçamentos mais apertados e pelos custos da reconstrução nos Bálcãs. Portanto, a chave para a aceleração do crescimento não é a ajuda e sim o investimento — tanto doméstico quanto estrangeiro. No entanto, a África tem se tornado cada vez menos atraente para os investidores estrangeiros.

O investimento líquido direto que fluiu para a África sub-saariana caiu dramaticamente entre 1982 e 1987, de 1.22 bilhões para 498 milhões de dólares. De 1989 até meados de 1994, mais da metade das indústrias britânicas que possuíam subsidiárias nos países africanos de língua inglesa se desfizeram dessas unidades. Os franceses também se desiludiram.

Houve um surto de entrada de capital de investimento nos países em desenvolvimento entre 1990 e 1995, quando os fluxos anuais líquidos quadruplicaram, tendo chegado a mais de 90 bilhões de dólares. Mas a participação da África nesse surto foi de apenas 2,4 por cento. Em 1995, 232 bilhões de dólares em investimentos

estrangeiros chegaram aos países desenvolvidos, segundo o Banco Mundial. Enquanto somente Cingapura atraiu 5.8 bilhões, a participação da África foi de meros 2 bilhões — quantia inferior àquela investida no Chile, segundo informou a revista *The Economist* em novembro de 1996.

Os investimentos estrangeiros diretos na África chegaram, em 1996, a 4,7 bilhões de dólares, se estagnaram nesse patamar durante o ano de 1997, e caíram drasticamente em 1998, chegando aos 3 bilhões. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento [UN Conference on Trade and Development] (UNCTAD) concluiu, no seu Relatório Sobre o Comércio e o Desenvolvimento de 1998 [1998 Trade and Development Report] que a "África perdeu o seu poder de atração como mercado para Investimentos Estrangeiros Diretos, em comparação com outras regiões em desenvolvimento, durante as duas últimas décadas."

Para tornar as coisas ainda piores, enquanto a África estava atraindo menos investimentos, ela estava pagando valores elevados em juros de dívidas. Para manter a renda e os investimentos, a África contraiu pesados empréstimos durante a década de 70. O total da dívida externa africana aumentou 24 vezes desde 1970, tendo chegado à impressionante soma de 350 bilhões de dólares em 1998, valor igual ao seu produto interno bruto anual; isso fez com que a região se tornasse a mais endividada do mundo. Atualmente, os pagamentos dos juros da dívida absorvem aproximadamente 40 por cento da renda de exportação da região, mas só a metade dos valores devidos, aproximadamente, esta sendo, de fato, paga. No que se refere ao resto, os valores em aberto estão sendo continuamente reescalados.

No decorrer dos últimos quinze anos, os governos ocidentais e as instituições financeiras multilaterais lançaram várias iniciativas e propostas para tratar da estagnação econômica da África. Os programas de ajuste estrutural (SAPs) do Banco Mundial, são os mais notáveis. Eles requerem que os governos africanos adotem práticas de transparência na administração, desmontem seus mecanismos intervencionistas do estado, que são considerados elefantes brancos, liberalizem os mercados, desvalorizem suas moedas ou estabeleçam uma taxa de câmbio flutuante, vendam as empresas estatais não lucrativas e removam uma série de controles de preços, taxas de juros e aluguéis. Em contrapartida, o Banco Mundial concederá empréstimos para aliviar as dificuldades relacionadas com o balanço de pagamentos, o

serviço da dívida e o orçamento. Em 1994, o Banco Mundial avaliou o desempenho de 27 dos 37 países africanos com SAPs e concluiu que "embora nenhum país africano tivesse assumido uma posição sólida no que se refere à política macroeconômica," seis deles haviam apresentado um bom desempenho: Gâmbia, Burkina Faso, Gana, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue. Um ano depois, apenas Burkina Faso e Gana estavam na lista.

Em 1996, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional lançaram a Iniciativa dos Países Pobres Com Grandes Dívidas [Heavily Indebted Poor Countries] (HIPC), que previa a redução da dívida dos países pobres que adotassem reformas econômicas. A maior parte dos países que poderiam se enquadrar nos requisitos do programa eram países africanos, mas somente dois conseguiram cumprir as rigorosas condições do programa HIPC e conseguiram uma redução bilateral da dívida. Uganda conseguiu o cancelamento das dívidas no valor de 650 milhões de dólares, enquanto Moçambique deverá obter reduções no valor de 3,7 bilhões de dólares.

O Grupo dos Sete principais países industrializados propôs uma iniciativa ampliada para o débito que seria um HIPC ampliado, para que um número maior de países possa obter reduções de dívida mais rapidamente. O Banco Mundial e o FMI deverão ter revisado as normas completamente até as suas reuniões de setembro.

A LEI DE CRESCIMENTO E OPORTUNIDADES NA ÁFRICA, [AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT]

Em junho de 1997, o governo Clinton revelou a "Parceria para o Crescimento Econômico e Oportunidades na África". A espinha dorsal dessa iniciativa era um projeto bipartidário de lei, "Oportunidades de Crescimento e Investimento na África: A Lei do Fim da Dependência" [Growth and Investment Opportunity in Africa: The End of Dependency Act]. Esse projeto de lei tinha como objetivo "criar uma transição entre a assistência para o desenvolvimento e a auto-suficiência econômica para os países da África sub-saariana," disse o congressista Jim McDermott, um dos principais defensores da legislação, ao depor perante o Congresso em agosto de 1996. O projeto ainda está sendo estudado pelo Congresso dos Estados Unidos de forma revisada, agora conhecido como a "Lei de Crescimento e Oportunidades na África", [African Growth And Opportunity Act] (AGOA).

As disposições da AGOA incluem discussões anuais de alto nível, referentes às políticas comerciais e de investimento; um fórum econômico entre os Estados Unidos e a África, que, entre outras coisas, estimularia a criação de joint-ventures; e o compromisso de criar uma Área de Livre Comércio Estados Unidos-África subsaariana [U.S.-sub-Saharan Africa Free Trade Area]. A legislação também prevê a eliminação de algumas restrições impostas pelos Estados Unidos quanto à importação de produtos das indústrias têxteis e do vestuário africanas, e maior acesso ao mercado americano, com isenção de impostos, para outros produtos africanos.

Para participar deste programa é preciso que um país africano demonstre um forte comprometimento com as reformas econômicas e políticas, incentivos de mercado e crescimento do setor privado e redução da pobreza.

A iniciativa dos Estados Unidos é uma última tentativa de ajudar a África. A África precisa implementar reformas ou então enfrentará um desempenho econômico cada vez pior. As alternativas são inaceitáveis. Há limites para o que o governo Clinton, o Congresso dos Estados Unidos e a Convenção Partidária Negra do Congresso [Congressional Black Caucus], sempre solidária, podem fazer. O presidente Clinton estava certo, no relatório da Política Abrangente de Comércio e Desenvolvimento para os Países da África [Comprehensive Trade and Development Policy for the Countries of Africa], de fevereiro de 1996, ao dizer: "Os países da África têm a responsabilidade de assumir um compromisso com esses objetivos e de exercer as opções políticas que lhes permitam atingir esses objetivos. A ajuda de fora da África não pode compensar a falta de compromisso ou as escolhas inadequadas feitas pelos governos da África."

Os próprios líderes africanos já reconheciam essa dura realidade em maio de 1986. Eles admitiram em conjunto, perante uma Sessão Especial das Nações Unidas sobre a África, que os seus "próprios erros de política, cometidos no passado — especialmente o fato de terem tratado a agricultura de maneira negligente" contribuíram imensamente para que a crise econômica do continente se tornasse cada vez mais profunda. O relatório da Organização da Unidade Africana [Organization of African Unity] aconselhava veementemente os governos africanos a "tomar medidas que fortalecessem programas de incentivo, revisar as políticas de investimento público e aperfeiçoar a administração econômica, incluindo maior disciplina e eficiência no uso de recursos." Mais particularmente, o relatório dava ênfase ao fato de que "o

papel positivo do setor privado precisa ser estimulado." Infelizmente, houve pouco progresso no sentido de implementar as reformas, tanto por parte dos governos africanos quanto das entidades internacionais, como o Banco de Desenvolvimento Africano [African Development Bank]. Corre-se, cada vez mais, o risco de que a comunidade dos doadores acredite que os líderes africanos não estão sendo sérios quanto às reformas e ignore seus pedidos de ajuda. Na verdade, parece que isto já está acontecendo. No início deste ano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [United Nations High Commissioner for Refugees] (UNHCR) iniciou uma campanha, em caráter de urgência, para angariar 8 milhões de dólares para ajudar a reassentar e alimentar os fugitivos de Serra Leoa. Até junho, a entidade só havia recebido 1,3 milhões. E, depois de se cansar da troca incessante de acusações, as tropas de paz da Organização das Nações Unidas se retiraram de Angola. No momento nem ao menos se cogita enviá-las para a guerra do Congo.

UMA QUESTÃO DE OPÇÃO

A ausência de reformas, mais cedo ou mais tarde, leva ao colapso e à implosão do estado. A Somália, Ruanda, Burundi, Libéria, Serra Leoa e o Zaire implodiram porque seus líderes se recusaram terminantemente a implementar reformas econômicas e políticas. Em comparação, os brancos na África do Sul reformaram o seu abominável sistema de apartheid e conseguiram salvar a África do Sul da destruição.

Os líderes africanos podem optar pelo caminho de Ruanda ou da África do Sul. Eles terão que escolher uma coisa ou outra. O projeto de lei de Oportunidades de Crescimento e Investimentos na África que está em fase de estudos no Congresso dos Estados Unidos lhes oferece uma chance de ter uma vida melhor. □

❑ INICIATIVAS DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ÁFRICA

DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO

Através de promoção comercial, contatos com a comunidade empresarial norte-americana, assistência técnica aos governos africanos e assessoria às empresas americanas que participam de concorrências para a realização de projetos, o Departamento do Comércio tem uma política ativa no sentido de ajudar as empresas dos Estados Unidos a fazerem negócios na África.

Para apoiar esses esforços, o Departamento criou, em 1994, centros regionais na Costa do Marfim, no Quênia e na África do Sul. O governo também anunciou, este ano, planos para aumentar o número dos seus diplomatas que atuam na área comercial, que serão enviados para a África.

As relações comerciais são também fortalecidas por meio de missões comerciais, às vezes lideradas pelo Secretário do Comércio William Daley ou outros funcionários de alto nível, que reúnem empreendedores americanos e africanos. Outros esforços de promoção comercial incluem uma conferência anual sobre o comércio e os investimentos americanos na África e um site na Web, contendo informações comerciais (<http://infoserv2.ita.doc.gov/afweb.nsf>).

O Departamento fornece assistência técnica aos governos africanos e ao setor privado, na construção de infraestrutura comercial. O Departamento criou uma iniciativa de Cooperação na Área de Tecnologia de Manufatura [Manufacturing Technology Cooperation] com o Centro Sul-Africano de Pesquisa Industrial e Científica [South Africa's Center for Industrial and Scientific Research]. A sua Administração Oceanográfica e Atmosférica Nacional [National Oceanographic and Atmospheric Administration] possui uma série de programas meteorológicos, hídricos, de pesca comercial e outros, na África, que visam aperfeiçoar o gerenciamento da atividade agrícola e da pesca. A sua Administração Nacional de Telecomunicações e Informática [National Telecommunications and Information Administration] vem desenvolvendo programas para ampliar a conectividade com a Internet na África, e também para promover o uso mais generalizado da telemedicina.

BANCO DE FINANCIAMENTO À IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS [EXPORT-IMPORT BANK OF THE UNITED STATES] (EX-IM BANK)

O Ex-Im Bank é um órgão independente do governo norte-americano, que ajuda a financiar a venda, no exterior, de produtos e serviços dos Estados Unidos. Ele fornece garantias de empréstimos de capital de giro para os exportadores dos Estados Unidos e concede empréstimos aos compradores estrangeiros de produtos e serviços americanos. Ele também proporciona um seguro de crédito que protege os exportadores dos Estados Unidos contra os riscos de inadimplência por parte dos compradores estrangeiros, por motivos políticos ou comerciais.

O Ex-Im Bank concedeu à África financiamentos no valor de 49 milhões de dólares no exercício de 1998. O banco pode fornecer financiamento de projetos para firmas dos Estados Unidos em 45 países da África sub-saariana e financiamento para exportação em 21 desses países. Algumas atividades recentes incluem a venda de equipamento para construção em Uganda, containers de refrigeração para Gana, equipamentos de diagnóstico médico para a Costa do Marfim e uma aeronave Boeing 737-300 para o Quênia.

Informações sobre os programas do Ex-Im Bank na África podem ser encontradas na Internet, no seguinte endereço: <http://www.exim.gov/africa-i/index.html>.

EMPRESA PARA INVESTIMENTOS PRIVADOS INTERNACIONAIS [OVERSEAS PRIVATE INVESTMENT CORPORATION] (OPIC)

A OPIC é uma agência independente do governo dos Estados Unidos que proporciona financiamento e seguros de riscos políticos às empresas americanas que investem em países em desenvolvimento e nos países que estão em fase de transição para a economia de mercado. No momento, ela está fornecendo aproximadamente 890 milhões de dólares, apoiando 50 projetos em

aproximadamente 20 países na África sub-saariana. Os programas da OPIC se encontram disponíveis em 39 dos 48 países da África sub-saariana. Aproximadamente 43 por cento dos riscos totais da OPIC se encontram na área de serviços financeiros, 20 por cento na área de manufatura, 16 por cento nos setores de petróleo e gás, 14 por cento na área de mineração e o restante em turismo, comunicações, serviços e agricultura.

No momento, a OPIC tem quatro fundos, administrados pelo setor privado, para apoiar os investimentos na África. Eles são o Fundo de Oportunidades da Nova África [New Africa Opportunity Fund], de 120 milhões de dólares, para o sul da África; o Fundo da África Moderna [Modern Africa Fund], de 150 milhões de dólares, com ênfase nas áreas de manufatura, mineração e telecomunicações; O Fundo Global de Meio Ambiente para os Mercados Emergentes II [Global Environment Emerging Markets Fund II], de 120 milhões de dólares, que investe em setores relacionados à energia não poluente e à água; e o Fundo Aqua de Parceiros Internacionais [Aqua International Partners Fund], de 300 milhões de dólares, para investimentos de capital em empresas envolvidas com o tratamento, fornecimento e distribuição de água em países do mercado emergente.

A OPIC já participou de quatro missões de alto nível dos Estados Unidos à África, e desde 1997, já assinou 12 novos acordos bilaterais na África sub-saariana.

AGÊNCIA DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO [TRADE AND DEVELOPMENT AGENCY] (TDA)

A TDA, uma pequeno órgão independente, do governo federal, investiu mais de 60 milhões de dólares desde 1981, custeando estudos de viabilidade, visitas de orientação para executivos estrangeiros e conferências que visam promover as exportações dos Estados Unidos para a África.

Os estudos de viabilidade ajudam as empresas americanas a entrar no "andar térreo" dos principais projetos no exterior, examinando os aspectos legais, econômicos e financeiros, de um projeto de desenvolvimento proposto. A agência, no momento, está envolvida em estudos em 15 países africanos. Uma lista completa dos projetos da TDA na África pode ser encontrada na Internet, no seguinte endereço: <http://www.tda.gov/region/africa.html>.

As visitas de orientação familiarizam os tomadores de decisões com os produtos e serviços norte-americanos, fortalece relações comerciais e estimula as empresas dos Estados Unidos a exportar para países em desenvolvimento e países de renda média. Em abril de 1999, a TDA trouxe os ministros e os principais executivos das maiores empresas de petróleo de 10 países da África e do Oriente Médio aos Estados Unidos, para que eles se reunissem com os produtores de equipamentos para a área de petróleo. Em junho, a agência patrocinou a visita de 10 representantes de bolsas de valores africanas que estavam procurando meios de criar bolsas mais eficazes. Em julho, a TDA trouxe autoridades governamentais africanas para que elas pudessem adquirir mais conhecimentos a respeito de tecnologia de identificação e passaportes.

DEPARTAMENTO OF ENERGIA

No dia 1 de abril de 1999, o secretário de Energia Bill Richardson anunciou a iniciativa de energia do Departamento para a África: desenvolvimento de fontes de energia sustentáveis, promoção de tecnologias não poluentes de energia e investimentos no setor privado. Outros projetos apoiarão a capacitação, proporcionando treinamento e seminários para pessoal relacionado às áreas de energia e negócios. Uma pedra fundamental dessa iniciativa será uma reunião ministerial da área de energia, no terceiro trimestre de 1999, a respeito de questões de infra-estrutura energética, promovida em conjunto pelos Departamentos de Energia e Transportes.

O Departamento de Energia já está trabalhando na África do Sul e em Gana, na área de energia solar para escolas e residências, em Uganda, no desenvolvimento de recursos geo-térmicos, em Botswana, nas fontes renováveis de energia e desenvolvimento de energia, e no Senegal, em fontes de energia não poluentes.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO

O principal enfoque no Departamento de Trabalho, no que diz respeito à África, está no combate à exploração do trabalho infantil. No dia 19 de março de 1999, o secretário do Trabalho Alexis Herman anunciou a disponibilização de 7,5 milhões de dólares, principalmente por meio de subvenções concedidas ao Programa da Organização Internacional do Trabalho para a Eliminação do Trabalho Infantil [International Labor Organization's International Program on the Elimination of Child Labor] (IPEC). Essas subvenções incluem 1,5

milhão no Quênia, na África do Sul, na Tanzânia, em Uganda, na Zâmbia e no Zimbábue, para remover crianças de trabalhos perigosos na agricultura comercial e ajudá-las a permanecer na escola; 1 milhão de dólares para combater o tráfico de crianças para trabalhos domésticos em Benin, Burkina Faso, Gana, Mali, Togo, Camarões, Gabão, Costa do Marfim e Nigéria; 3,7 milhões de dólares para custear a participação de Gana, da África do Sul, de Uganda, da Zâmbia e da Nigéria no IPEC; e quase 1,3 milhões para a realização de pesquisas estatísticas e para documentar a natureza e a extensão do trabalho infantil em Gana, Nigéria, Uganda e Zâmbia.

Um segundo elemento da política do Departamento para a África consiste em ajudar a desenvolver a infra-estrutura institucional e a capacidade dos governos africanos para lidar, de maneira mais eficaz, com as questões trabalhistas. Por exemplo, o Escritório de Estatísticas do Trabalho [Bureau of Labor Statistics], do Departamento, está trocando idéias com o governo da África do Sul no que diz respeito ao estabelecimento da sua infra-estrutura na área de estatística. Além disso, o departamento está fornecendo, aos governos africanos, informações a respeito de segurança e saúde ocupacional, esforços antidiscriminatórios, estágios para os jovens, e segurança e saúde nas minas.

DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES

Em 1997, o secretário dos Transportes Rodney Slater instituiu a Iniciativa e Parceria para o Transporte com a África [Transportation Initiative and Partnership with Africa], com três principais objetivos: incrementar o comércio e os investimentos, apoiar a integração econômica da África e estimular o desenvolvimento. Como parte dessa iniciativa, o Departamento, em conjunto com várias administrações de transporte, está trabalhando no sentido de melhorar a infra-estrutura de transporte na África — linhas aéreas, ferrovias, estradas de rodagem, portos, hidrovias, segurança costeira e segurança em geral. As iniciativas específicas incluem:

- Implementação, pela Administração Federal de Aviação [Federal Aviation Administration] da iniciativa do presidente Clinton, denominada "Iniciativa de Segurança no Ar para a África" [Safe Skies for Africa Initiative]. Este programa visa quadruplicar o número de países africanos que atendem as normas da Organização de Aviação Civil Internacional [International Civil Aviation Organization], no que diz respeito à fiscalização de segurança, melhoria da segurança em até 12 aeroportos na África dentro de

três anos e melhoria dos serviços regionais de navegação aérea.

- O trabalho da Administração Marítima [Maritime Administration] em conjunto com Gana, para assegurar e financiar a aquisição de duas barcas.

- A parceria da Administração Federal de Rodovias [Federal Highway Administration] com o Departamento dos Transportes da África do Sul, para a criação de um centro de transferência de tecnologia para selecionar as tecnologias que atendem as necessidades específicas da África do Sul, no que se refere à construção e à manutenção das suas estradas.

- O trabalho da Administração Federal de Ferrovias [Federal Railroad Administration] para organizar equipes de assessoria local e programas de assistência técnica para a associação de estradas de ferro da região sul da África.

- O desenvolvimento, pela Administração Nacional de Segurança nas Estradas [National Highway Traffic Safety Administration], de um plano para apoiar medidas de segurança de baixo custo nos países africanos para diminuir os índices, que atualmente são altos, de lesões e mortes causadas por acidentes automobilísticos.

- A assistência da Guarda Costeira dos Estados Unidos [U.S. Coast Guard] a várias nações, no policiamento marítimo, busca e salvamento, proteção ambiental marítima e segurança operacional e patrimonial nos portos.

Informações adicionais sobre as atividades do Departamento podem ser obtidas na Internet, no seguinte endereço:

<http://ostpxweb.dot.gov/aviation/Africa/afremain.htm>.

AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL [U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT] (USAID)

A USAID, trabalhando em conjunto com mais de 14 órgãos do governo dos Estados Unidos, custeia muitos programas que visam lidar com os desafios do desenvolvimento que dificultam o comércio e os investimentos na África. Esses programas incluem:

- A Iniciativa para a Garantia de Fornecimento de

Alimentos na África [Africa Food Security Initiative], que apóia o desenvolvimento, no nível nacional e regional, da tecnologia agrícola e o auxílio na área de alimentação, incluindo projetos de demonstração de produtos agrícolas em Uganda, um sistema de informação de mercado em Mali, empresas de produção rural em Moçambique, e programas relacionados, na Etiópia e em Malawi.

- O Programa de Política de Comércio e Investimentos na África [Africa Trade and Investment Policy Program] (ATRIP), que fornece assistência comercial e de investimentos, incluindo a reforma da regulamentação de importação/exportação em Moçambique, a remoção das tarifas regionais de exportação e importação em Mali e desenvolvimento nas áreas de bancos de dados e marketing na África do Sul.
- Educação para o Desenvolvimento e Democracia [Education for Development and Democracy], que estimula o investimento na educação, especialmente para meninas, incluindo eletricidade para escolas primárias e acesso à Internet em Uganda, e melhorias nas funções acadêmicas e administrativas básicas, bem como capacitação para ensino a distância na Universidade Nacional de Ruanda [National University of Rwanda].
- Iniciativa de Justiça dos Grandes Lagos [Great Lakes Justice Initiative], que apóia o treinamento de advogados, policiais e oficiais de justiça em Ruanda.
- Centro de Pesquisa e Treinamento para o Combate à Malária [Malaria Research and Training Center], que fornece ajuda, continuamente, para a pesquisa e o controle da malária em Mali.
- Parcerias da USAID com Países Africanos [USAID-Africa Country Partnerships], que apóiam uma grande variedade de programas direcionados às necessidades individuais de cada país, incluindo a assistência no setor energético, programas ambientais e acesso à Internet em Gana; treinamento para mulheres titulares de cargos eletivos na administração local em Uganda; conscientização sobre a AIDS, apoio para iniciativas de micro-crédito e desenvolvimento habitacional na África do Sul; reforma aduaneira, desenvolvimento do transporte ferroviário e desenvolvimento regional para os membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África do Sul [Southern African Development Community]; e desenvolvimento de negócios e reforma de regulamentação no Senegal.

AGÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS [U.S. INFORMATION AGENCY] (USIA)

A Agência de Divulgação dos Estados Unidos é uma agência independente, de política externa, que passará a fazer parte do Departamento de Estado em 1o de outubro de 1999. Sua missão é explicar e apoiar a política externa dos Estados Unidos aos públicos alvo estrangeiros. A USIA possui escritórios em aproximadamente 35 países da África sub-saariana. Os programas da USIA que auxiliam os esforços para a promoção do comércio e dos investimentos na África incluem:

- Programa de Visitantes Internacionais da USIA [USIA's International Visitor Program] traz aproximadamente 5.000 pessoas aos Estados Unidos, em visitas de três a quatro semanas, para encontros e conferências com indivíduos que atuam nas suas respectivas áreas de trabalho, nos Estados Unidos, e para conhecer, pessoalmente, os Estados Unidos e as suas instituições. Recentemente, a USIA, trabalhando em conjunto com o Conselho Corporativo para a África [Corporate Council on Africa], trouxe um grupo de gerentes africanos aos Estados Unidos, para treinamento na área de negócios.
- O Escritório de Divulgação da USIA [USIA's Information Bureau] produz vários materiais impressos e eletrônicos a respeito das questões de política dos Estados Unidos que afetam o clima de investimentos na África. O escritório também envia palestrantes especialistas ao exterior, para fazer apresentações para autoridades, empresários, estudantes e organizações não-governamentais, a respeito de uma grande variedade de questões econômicas, como por exemplo o desenvolvimento de negócios, direitos à propriedade intelectual, transparência, boas práticas de política governamental e liberalização de regimes comerciais e de investimentos.
- A USIA custeia a tradução de livros a respeito de muitas questões econômicas, incluindo administração de empresas e liderança.
- A USIA possui programas de divulgação, visando a implementação, em países africanos, de planos de contingência para fazer frente à ameaça econômica apresentada pelo problema com os computadores previsto para o ano 2000 (Y2K). □

❑ A LEI DE CRESCIMENTO E OPORTUNIDADES NA ÁFRICA [AFRICAN GROWTH AND OPPORTUNITY ACT]

Uma das principais prioridades legislativas do governo Clinton é a aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, da Lei de Crescimento e Oportunidades na África [African Growth And Opportunity Act] (AGOA).

A mais importante disposição do projeto é a extensão do acesso aos Estados Unidos, com isenção de impostos, de certos produtos importados de 48 países da África sub-saariana que foram excluídos, em conformidade com a lei do Sistema Generalizado de Preferências [Generalized System of Preferences] (GSP). O projeto também estabelecerá uma estrutura para um relacionamento comercial e de investimentos mais estreito entre os Estados Unidos e a África; além disso proporcionará instruções para que os órgãos do governo dos Estados Unidos, incumbidos de promover exportações e investimentos estrangeiros, intensifiquem seus esforços na África.

Na sessão de 1997-98 do Congresso, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei sobre o comércio na África, com o apoio do governo; a Comissão de Finanças do Senado aprovou um projeto um pouco diferente, mas os seus adversários não permitiram que o Senado inteiro o estudasse, e a legislação não vingou.

A atual sessão do Congresso repetiu, de modo geral, o trabalho de 1997-98. Em junho, a Comissão de Finanças do Senado aprovou a sua versão do projeto de lei sobre o comércio com a África. Em julho, a Câmara inteira aprovou a sua versão mais generosa por 234 votos a favor e 163 contra.

A liderança republicana ainda não marcou uma data para a apresentação do projeto da Comissão de Finanças ao Senado com um todo. Se o Senado aprovar o projeto de lei de comércio para a África, os membros da Câmara e do Senado terão que conciliar quaisquer diferenças que existirem entre os dois projetos, seja por meio de uma conferência ou por outros meios. Para que o projeto se transforme em lei, a Câmara e o Senado têm que aprovar a versão mutuamente aprovada da legislação, e o presidente Clinton tem que assiná-la.

Tanto na Câmara quanto no Senado, o projeto de lei sobre o comércio com a África está enfrentando oposição de membros que representam as áreas das indústrias têxteis, que já estão lidando com intensa concorrência, sob a forma de produtos importados mais baratos. Esses adversários do projeto argumentam que a concessão do acesso com isenção de impostos aos produtos têxteis da África Sub-saariana resultará no transbordo, via África, de produtos têxteis provenientes da China ou de qualquer outro terceiro país, para contornar as quotas de importação impostas pelos Estados Unidos.

Os governos africanos apóiam veementemente o projeto, mas ele provoca divisões entre os membros negros da Assembléia. Alguns, como o deputado Charles Rangel, de Nova York, o líder do partido democrata na Comissão que têm a jurisdição primária sobre a legislação, são a favor do projeto. Outros, liderados pelo deputado Jesse Jackson, Jr, de Illinois, democrata e filho do conhecido líder dos direitos civis, se opõem ao projeto, alegando que ele concede uma quantidade insuficiente de benefícios. Um projeto rival, apresentado por Jackson, incluiria o perdão da dívida dos países africanos, assistência para o desenvolvimento e dinheiro para a luta contra a AIDS, mas não conseguiu muito apoio.

DIFERENÇAS ENTRE OS PROJETOS DA CÂMARA E DA COMISSÃO DE FINANÇAS DO SENADO

Os projetos da Lei de Crescimento e Oportunidades aprovados pela Câmara e pela Comissão de Finanças do Senado têm algumas diferenças entre si.

O projeto da Câmara estenderia os benefícios da AGOA até junho de 2009; o projeto da Comissão de Finanças do Senado o faria até setembro de 2006.

O projeto da Câmara estenderia o tratamento de isenção de impostos, do GSP, às importações de todos os produtos fabricados nos países da África sub-saariana que, segundo a determinação da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos [U.S. International Trade Commission], não concorressem com as indústrias americanas que fabricam produtos iguais ou similares. O projeto da Comissão de Finanças do Senado estenderia o

tratamento do GSP a essa categoria de produtos, com exceção da maioria dos produtos das indústrias têxteis e do vestuário. Certas categorias específicas de produtos das indústrias têxteis e do vestuário poderiam ser enquadradas no GSP:

- Peças de vestuário montadas na África sub-saariana, feitas com tecido americano, o qual, por sua vez, deve ser feito com fio americano.
- Peças de vestuário cortadas ou montadas na África sub-saariana, feitas com tecido americano, o qual, por sua vez, deve ser feito com fio americano e costurado com linha americana.
- Peças de vestuário tecidas à mão, feitas à mão e folclóricas, produzidas na África sub-saariana.

As normas de origem do GSP determinam que uma certa proporção do valor do produto seja originária do país exportador que está reivindicando tratamento segundo o GSP. Ambos os projetos, o da Câmara e o do Senado, permitiriam que até 15 por cento de conteúdo americano de um produto fossem contabilizados para preencher o requisito de 35 por cento de conteúdo local. O projeto da Câmara também consideraria, sob as normas do GSP, quaisquer artigos se 35 por cento do valor fossem acrescentados em qualquer país da África sub-saariana que se enquadrasse na legislação.

Os dois projetos incluiriam uma isenção dos limites de necessidade de concorrência segundo o GSP para os países da África sub-saariana. Segundo esses limites, o presidente deve deixar de aplicar o tratamento do GSP às importações de um produto de um país que, em qualquer ano, exceda 50 por cento do total de importações desse produto para os Estados Unidos ou exceda o valor de 85 milhões de dólares.

O projeto da Câmara eliminaria as quotas existentes para os têxteis ou produtos da indústria do vestuário da África sub-saariana; o projeto da Comissão de Finanças do Senado, somente eliminaria as quotas no número restrito de produtos enquadrados na legislação. Os dois projetos contêm salvaguardas contra o transbordo ilegal.

Os dois projetos determinariam condições para que os países beneficiários pudessem solicitar tratamento GSP estendido, incluindo a continuidade do progresso na implantação de políticas econômicas baseadas no mercado e a observância dos direitos humanos básicos.

No que diz respeito às disposições não-tarifárias da AGOA, os projetos da Câmara e do Senado determinam que o presidente se reúna com líderes dos países da África sub-saariana, para discutir a intensificação das relações comerciais e de investimento. O projeto da Câmara determina que o presidente "convoque" reuniões anuais de alto nível. O projeto da Comissão de Finanças do Senado determina que o presidente se reúna com os chefes de governo dos países da África sub-saariana para discutir a expansão das atividades de comércio e investimento, mas não especifica mais de uma reunião. Ambos os projetos determinam que seja criado um Fórum de Comércio e Cooperação Econômica entre os Estados Unidos e a África Sub-Saariana [United States-Sub-Saharan Africa Trade and Economic Cooperation Forum]. Esse fórum, de acordo com a versão da Câmara, "deverá, entre outras coisas, estimular a formação de joint ventures entre pequenas e grandes empresas." Ambos os projetos determinam que seja estudada a possibilidade de se criar uma área de livre comércio entre os Estados Unidos e a África sub-saariana.

Além disso, o projeto da Câmara determina que a Empresa para Investimentos Privados Internacionais [Overseas Private Investment Corporation] (OPIC) e o Banco de Financiamento à Importação e Exportação dos Estados Unidos [Export-Import Bank of the United States] (Ex-Im Bank) incrementem a assistência financeira na África sub-saariana, e determina que o Departamento de Comércio mantenha pelo menos 20 representantes do Serviço Diplomático e Comercial dos Estados Unidos [U.S. and Foreign Commercial Service] na região. O projeto da Câmara também determina que a OPIC crie um fundo de capital para infra-estrutura, com a finalidade de apoiar projetos, especialmente os projetos que ajudam as mulheres empreendedoras e os pobres. Essas disposições não foram incorporadas ao projeto apresentado pela Comissão de Finanças do Senado.

TÉRMINO DA VALIDADE DO GSP

O programa do Sistema Generalizado de Preferências [Generalized System of Preferences], iniciado em 1975, proporciona isenção de impostos a mais de 4.400 produtos e categorias de produtos importados de mais de 140 países e territórios específicos, em desenvolvimento.

O programa, no entanto, precisa ser reautorizado periodicamente pelo Congresso. A extensão, através da AGOA, do GSP para a África sub-saariana até 2006 ou 2009 eliminaria, pelo menos para os países africanos que

se enquadrassem na legislação, um problema persistente nos últimos anos, que é a possibilidade de o Congresso deixar passar o prazo de validade do programa. Isso aconteceu cinco vezes em seis anos: em 30 de setembro de 1994; em 31 de julho de 1995; em 31 de maio de 1997; em 30 de junho de 1998; e a ocasião mais recente ocorreu em 30 de junho de 1999. Nas quatro primeiras vezes, o Congresso reautorizou o programa com um certo atraso e tornou o mesmo válido com efeito retroativo, a partir da data do término da validade.

Em 22 de junho, a Comissão de Finanças do Senado aprovou um projeto para lidar com o último episódio de decurso de prazo, reautorizando o GSP por cinco anos, até 30 de junho de 2004, a um custo, em termos de arrecadação tributária para os Estados Unidos, estimado em 1,877 bilhões de dólares. Assim como o projeto de comércio com a África, o projeto do GSP ainda não foi submetido a todo o Senado, para deliberação.

Embora a Assembléia, na sua totalidade, tenha aprovado o projeto de comércio com a África, a reautorização do GSP ainda não foi aprovada por nenhum comitê da Assembléia.

Somente 3 por cento dos produtos importados que obtêm isenção de impostos são originários da África subsaariana. Em 1996, o valor desses produtos chegou a 588 milhões de dólares; os produtos da África do Sul foram responsáveis por 429 milhões de dólares dessa quantia. □

❑ A INICIATIVA DE COLÔNIA SOBRE A DÍVIDA: O PLANO DO G-7 PARA MINIMIZAR O PESO DA DÍVIDA

O Grupo dos Sete (G-7) países industrializados está agindo no sentido de expandir o alívio da dívida para os países em desenvolvimento mais pobres, concedendo reduções mais rápidas e de maior vulto, para que os beneficiários possam usar, em pouco tempo, as quantias disponibilizadas devido à redução da dívida, em gastos urgentes de ordem social.

Uma descrição das propostas do G-7 para a redução da dívida foi revelada em junho, na reunião anual do grupo. A Iniciativa de Colônia Sobre a Dívida — que tem o nome do local onde a cúpula foi realizada — determina uma expansão da iniciativa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Países Pobres com Grandes Dívidas [Heavily Indebted Poor Countries] (HIPC) e, além disso, o cancelamento de dívidas bilaterais dos países mais pobres.

O G-7 determinou que o Banco Mundial e o FMI trabalhassem em conjunto com todas as partes envolvidas, incluindo os grupos não-governamentais, para desenvolver um programa HIPC aperfeiçoado para que "medidas concretas" estejam prontas nas reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI, de 28 a 30 de setembro. As negociações com o objetivo de cumprir esta meta têm progredido.

O presidente Clinton, uma das principais vozes no que se refere à expansão da redução da dívida, delineou um programa ampliado de redução da dívida em um discurso em 16 de março, por ocasião da reunião ministerial entre os Estados Unidos e a África, em Washington. Os argumentos de Clinton para a expansão da iniciativa HIPC e para a concessão de reduções adicionais se refletem na iniciativa de Colônia.

A INICIATIVA HIPC

A iniciativa HIPC teve início em setembro de 1996. O G-7 determinou a criação do programa, reconhecendo que o fardo do serviço da dívida estava impossibilitando o progresso de alguns países em desenvolvimento, mesmo nos casos em que eles estavam implementando medidas que estimulavam o crescimento. A iniciativa HIPC permite que os países mais pobres obtenham reduções no

pagamento de suas dívidas junto às instituições financeiras internacionais e, de forma bilateral, junto aos governos dos países doadores. Esses tipos de dívida formam a maior parte dos valores devidos pelos países mais pobres.

Para obter acesso à redução de dívida do HIPC, os países concordam em participar de um programa, de duas fases, do Banco Mundial/FMI, no qual eles devem implementar reformas econômicas, e em seguida demonstrar que tais reformas serão mantidas. A redução da dívida é um incentivo para que o país complete o programa de reformas.

A redução da dívida "não é um fim, propriamente dito. É um meio para que se possa cumprir um objetivo final: um processo de desenvolvimento bem sucedido," disse o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence H. Summers, em 26 de julho.

Quando o programa HIPC foi lançado, o FMI identificou 41 "países pobres com dívidas elevadas", 33 dos quais na África. Vinte e seis dos 41 países eram considerados, inicialmente, como sendo enquadrados nos requisitos para acesso aos programas HIPC.

Em julho de 1999, quatro países haviam cumprido os seus programas HIPC e haviam obtido redução de dívida. Esses países são: Bolívia, total de redução da dívida: 760 milhões de dólares; Guiana, 410 milhões de dólares; Moçambique, 3,7 bilhões de dólares; e Uganda, 65 milhões de dólares. Outros três países completaram a primeira fase: Mali, que deverá completar o programa em dezembro; Costa do Marfim e Burkina Faso. Se todos os sete países concluírem o programa, o total da redução da dívida ultrapassará a marca dos 6,8 bilhões de dólares, segundo informa o Banco Mundial.

Outros dois países, Benin e Senegal, concluíram a primeira fase do programa, e não precisaram passar pela segunda fase; em vez disso, eles utilizaram os mecanismos tradicionais de redução de dívida para aliviar o peso do pagamento das suas dívidas.

Agora o G-7 está procurando aperfeiçoar e ampliar o programa. Para proporcionar redução mais rápida, o G-7 está determinando que sejam implementadas mudanças para permitir maiores reduções, mais cedo, nas duas fases do programa — cada uma das quais pode levar até três anos.

Atualmente, durante a primeira fase, um país implementa reformas como parte do programa fiscalizado pelo Banco Mundial/FMI, enquanto recebe a ajuda tradicional, como subvenções e empréstimos em condições mais favoráveis. Alguma redução nas dívidas bilaterais pode ser obtida, como ocorre no fórum internacional de renegociações de dívidas conhecido como Clube de Paris.

Na segunda fase, o país estabelece um histórico mais perceptível de bom desempenho, em conformidade com o programa do FMI/Banco Mundial. Os credores bilaterais e comerciais reescalonom as obrigações, e outro grupo de credores, as instituições financeiras internacionais, pode começar a prestar assistência. A maior parte da redução da dívida junto às instituições financeiras internacionais é concedida no final do programa.

REDUÇÃO ACELERADA DA DÍVIDA

À iniciativa de Colônia prevê a "rápida redução da dívida, devido à maior flexibilidade nas datas da redução contratada, e maior ênfase no alívio, em um prazo mais curto, no fluxo de caixa, por parte das instituições financeiras internacionais," de acordo com uma declaração do G-7 sobre questões econômicas distribuída por ocasião da cúpula.

Os programas HIPC "devem ter maior ênfase na redução significativa do peso dos pagamentos do serviço da dívida, para disponibilizar recursos para a redução da pobreza," segundo o relatório do G-7 sobre a Iniciativa de Colônia Sobre a Dívida, também divulgado por ocasião da cúpula.

O Banco Mundial/FMI e os países participantes do HIPC devem trabalhar em conjunto para desenvolver planos de redução da pobreza que tenham como objetivo "as quantias economizadas em virtude da redução da dívida, além de maior transparência dos procedimentos orçamentários, para proteger as despesas com fins sociais", informava o relatório.

Na cúpula do G-7, os tipos de gastos sociais previstos, que são relacionados entre aqueles que têm probabilidade

de serem estimulados, em conformidade com as novas regras, incluem a assistência médica, a sobrevivência das crianças, a prevenção da AIDS, a educação e a criação de governos mais transparentes.

A iniciativa busca maiores reduções de dívida para os países que obtêm reduções pelo programa HIPC. As chamadas "taxas-alvo", como dívida em relação à exportação e dívida em relação à arrecadação, devem ser reduzidas para que seja possível liberar mais recursos e para garantir que os níveis de endividamento sejam sustentáveis, informa o relatório.

A declaração do G-7 também determinava que o Clube de Paris e outros credores bilaterais perdoassem as dívidas comerciais em até 90 por cento, e mais, em casos individuais, se necessário, para se chegar a uma situação de dívida sustentável." A declaração também previa o "total cancelamento" da dívida referente à assistência oficial bilateral para o desenvolvimento [official development assistance] (ODA).

Para os países pobres que não se enquadram nos padrões da iniciativa HIPC, o Clube de Paris pode estudar a possibilidade de implementar uma "redução unificada de 67 por cento" de acordo com as condições adotadas na Cúpula do G-7 em Nápoles em 1994, informa a declaração. Para outras dívidas, os países industrializados credores devem estudar a possibilidade de elevar seus atuais limites nas operações de permuta de dívidas.

Se todas essas medidas forem implementadas na sua totalidade — incluindo o perdão de dívidas de ODA — elas devem reduzir os níveis gerais de dívida em mais da metade, informa a declaração do G-7.

Um boletim da Casa Branca, divulgado por ocasião da cúpula, informava que as novas normas de HIPC deveriam aumentar o número de países que atendem aos requisitos para o pedido de redução de 26 para 33. A Casa Branca também informou que a iniciativa de Colônia, aliada a compromissos anteriores de redução de dívida, deveria reduzir as dívidas totais dos países HIPC de 127 bilhões para apenas 37 bilhões de dólares.

AS PRÓXIMAS ETAPAS

Uma questão crucial, que ainda está sendo resolvida, é a maneira pela qual a redução ampliada de dívida será paga. A declaração do G-7 informava que as novas propostas implicarão em "custos significativos". Os países do G-7

terão que fornecer verbas para financiar o programa ampliado, e contribuições estão sendo pedidas a outros países desenvolvidos. Houve também uma proposta, do FMI, para vender até 10 milhões de onças de ouro que possui. No entanto, há muita oposição a essa proposta.

A evolução do quadro dos cancelamentos de dívidas bilaterais, a obtenção de financiamento para outros planos de redução de dívida, e outras questões, devem ser discutidas na próxima reunião de ministros da fazenda do G-7, que ocorrerá antes das reuniões do Banco Mundial/FMI em setembro. □

❑ ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA ÁFRICA SUB-SAARIANA

Mercado Comum da África Oriental e do Sul [Common Market for Eastern and Southern Africa] (COMESA)

Marché commun de l'Afrique orientale et australe

Fundado em dezembro de 1994, sediado em Lusaka, Zâmbia.

Países membros: Angola, Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Namíbia, Ruanda, Seicheles, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Site na Web: <http://www.comesa.int>

Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Community] (SADC)

Communauté de développement de l'Afrique australe

A SADC foi criada em 1992 a partir da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento do Sul da África [Southern African Development Coordination Conference] (SADCC), a qual, por sua vez, foi fundada em 1980. A África do Sul se tornou um país membro em 1994. A organização é sediada em Gaborone, Botswana.

Países membros: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Site na Web: <http://www.mbendi.co.za/orsadc.htm>

Cooperação da Comissão da África Oriental [The Commission for East African Cooperation] (EAC)

Comunidade formada em março de 1996, como uma renovação da extinta Comunidade da África Oriental.

Países membros: Quênia, Uganda e Tanzânia.

Zona do Franco CFA

A zona do franco CFA consiste de 12 países da África Ocidental e Central, que, no passado, foram territórios ultramarinos franceses, um antigo território português e uma antiga possessão espanhola; todos têm o franco CFA como moeda. Instituído em 1948, o franco CFA está ligado ao Tesouro da França, uma situação que tem oferecido estabilidade monetária e uma moeda conversível ligada ao franco francês. CFA significa *Communauté Financière Africaine* — Comunidade Financeira Africana. Os países da zona da CFA se dividem em dois grupos, cada um dos quais com o seu próprio banco central:

• **União Econômica e Monetária da África Ocidental [West African Economic and Monetary Union] (WAEMU)**

Union économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA)

Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Niger, Senegal e Togo.

• **Comunidade Econômica e Monetária da África Central [Central African Economic and Monetary Community]**

Communauté économique et monétaire de l'Afrique centrale (Cemac)

Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade.

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental [Economic Community of West African States] (ECOWAS)

Communauté économique des Etats de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO)

Fundada em 1975, sediada em Abuja, Nigéria.

Países membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Site na Web: <http://www.cedeao.org/>

Organização da Unidade Africana [Organization of African Unity] (OAU)/Comunidade Econômica Africana [African Economic Community]

Organisation de l'unité africaine (OUA)/Communauté économique africaine

Os membros da OAU, quase todos os países africanos, assinaram um tratado que entrou em vigor em maio de 1994 que funcionará, por meio das comunidades econômicas regionais, para criar uma Comunidade Econômica Africana, abrangendo todo o continente, em seis estágios, no decorrer de um período de 34 anos. O Departamento de Cooperação Econômica e Desenvolvimento [Economic Co-operation and Development Department] (EDECO) da OAU tem a responsabilidade de implementar o tratado.

Site da EDECO na Web: http://www.oau-oua.org/direc_info/dir_edeco/index.htm

□ O COMÉRCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A ÁFRICA SUB-SAARIANA

1994 e 1998 em milhões de dólares norte-americanos

País	1994		1998	
	Exp. EUA	Imp. EUA	Exp. EUA	Imp. EUA
Angola	197.4	2,079.2	354.7	2,240.9
Benin	25.	10.0	43.6	3.6
Botswana	22.7	13.7	35.6	19.8
Burkina Faso	7.2	0.4	16.1	0.6
Burundi	17.7	6.2	4.7	7.7
Camarões	53.5	56.3	75.1	53.3
Cabo Verde	4.9	0.1	9.6	0.2
República Centro- Africana	2.5	0.2	4.5	2.8
Chade	7.5	1.8	3.5	7.5
Comores	1.0	6.0	0.6	0.8
Costa do Marfim	111.2	185.3	151.4	425.9
Congo (Brazzaville)	38.0	403.0	92.0	315.4
Congo (Kinshasa)	39.5	187.0	34.1	171.7
Djibouti	6.7	0.1	20.4	0.5
Guiné Equatorial	1.9	0.3	86.7	66.6
Eritreia	8.4	0.1	25.1	0.8
Etiópia	143.1	34.1	88.9	52.3
Gabão	40.1	1,232.7	61.6	1,258.8
Gâmbia	3.9	2.7	9.3	2.0
Gana	124.5	198.5	225.1	143.2
Guiné	49.8	92.8	65.4	115.3
Guiné-Bissau	0.9	—	0.9	0.2
Quênia	169.5	111.0	198.9	98.5
Lesoto	3.6	62.7	1.4	100.0
Libéria	46.4	3.5	50.1	25.1
Madagascar	47.9	56.7	14.9	71.6
Malawi	18.7	48.0	14.5	60.4
Mali	19.0	4.0	25.3	3.4
Mauritânia	14.0	3.5	19.5	0.4
Maurício	23.8	216.8	23.3	271.6
Moçambique	39.4	20.8	45.7	25.8
Namíbia	16.3	30.2	51.2	51.8
Níger	12.0	4.3	18.2	1.7
Nigéria	509.2	4,595.4	816.8	4,194.0
Ruanda	34.8	1.7	21.8	4.0
São Tomé e Príncipe	13.0	0.4	9.4	0.7
Senegal	42.5	11.4	59.1	5.2

País	Exp. EUA	Imp. EUA	Exp. EUA	Imp. EUA
Seicheles	6.1	3.4	10.1	2.2
Serra Leoa	24.2	51.5	23.5	12.3
Somália	30.0	0.1	2.7	0.6
África do Sul	2,172.7	2,019.7	3,628.0	3,049.1
Sudão	54.5	35.3	6.8	3.1
Suazilândia	5.4	37.8	8.2	25.1
Tanzânia	48.9	14.9	66.9	31.5
Togo	12.5	4.1	25.4	2.2
Uganda	27.7	34.9	29.8	15.1
Zâmbia	32.6	63.5	21.7	47.3
Zimbabue	92.8	106.0	93.1	127.2

Fonte: Departamento do Comércio dos Estados Unidos

RECURSOS DE INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES NA INTERNET

PRINCIPAIS CONTATOS

Corporate Council on Africa

1660 L Street, N.W.

Suite 301

Washington, D.C. 20036 U.S.A.

Telefone: (202) 835-1115

<http://www.africacncl.org>

U.S. Agency for International Development**Africa Bureau**

1300 Pennsylvania Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20523 U.S.A.

Telefone: (202) 712-0410

<http://www.info.usaid.gov/regions/afr/>

U.S. Department of State**Bureau of African Affairs**

2200 C Street, N.W.

Room 5242A

Washington, D.C. 20520 U.S.A.

Telefone: (202) 647-3502

<http://www.state.gov/www/regions/africa/index.html>

Office of the U.S. Trade Representative

Assistant U.S. Trade Representative for Africa

600 17th Street, N.W.

Room 501

Washington, D.C. 20508 U.S.A.

Telefone: (202) 395-9514

<http://www.ustr.gov>

U.S. Trade and Development Agency

1621 North Kent Street

Suite 200

Arlington, Virginia 22209-2121 U.S.A.

Telefone: (703) 875-4357

<http://www.tda.gov/region/africa.html>

The World Bank

1818 H Street, N.W.

Sub-Saharan Africa Division

Washington, D.C. 20433

Telefone: (202) 458-8418

<http://www.worldbank.org/html/extdr/offrep/afr/afr.htm>

OUTROS SITES IMPORTANTES NA INTERNET

African Development Bank Group

<http://www.afdb.org>

Export-Import Bank of the United States

(programas para a África)

<http://www.exim.gov/africa-i/index.html>

International Finance Corporation

Africa Business Network

<http://www.ifc.org/abn/library.htm>

International Monetary Fund

HIPC Debt Initiative

<http://www.imf.org/external/np/hipc/hipc.htm>

Overseas Private Investment Corporation

<http://www.opic.gov>

United Nations Economic Commission for Africa

<http://www.un.org/Depts/eca>

U.S. Department of Commerce

African Trade Information Center

<http://infoserv2.ita.doc.gov/afweb.nsf>

U.S. Department of Transportation (programas para a África)

<http://ostpxweb.dot.gov/aviation/Africa/afrimain.htm>

MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA A RESPEITO DA PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E DOS INVESTIMENTOS NA ÁFRICA

Booker, Salih. *Promoting U.S. Economic Relations With Africa*. New York: Council on Foreign Relations, 1999.
<http://www.foreignrelations.org/public/resource.cgi?pub!120>

Brautigam, Deborah. "Economic Takeoff in Africa?" *Current History*, vol. 97, no. 619, May 1998.

Clark, Robert A. *Africa's Emerging Securities Markets: Developments in Financial Infrastructure*. Westport, Connecticut: Quorum Books, 1998.

Corporate Council on Africa. *Africa and the American Private Sector: Corporate Perspectives on a Growing Relationship: Proceedings of the "Attracting Capital to Africa" Summit*. Washington, D.C.: The Council, 1997

Dagne, Theodoros. *Africa: Trade and Development Initiatives by the Clinton Administration and Congress*. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 1998.

Fischer, Stanley, Ernesto Hernandez-Cata, and Mohsin S. Khan. *Africa: Is This the Turning Point?* Washington, D.C.: International Monetary Fund, 1998.

Henderson, Brian C. "Africa in the 21st Century: Challenges and Opportunities in the Global Capital Markets." *Vital Speeches*, vol. 65, no. 18, July 1, 1999.

Hernandez-Cata, Ernesto. "Sub-Saharan Africa: Economic Policy and Outlook for Growth." *Finance and Development*, vol. 36, no. 1, March 1999.

Morrissey, J. David. "Promoting Trade-Driven Development and Regional Integration in Sub-Saharan Africa Through the Generalized System of Preferences." *Perspectives on Africa*, vol. 2, no. 3, Fall/Winter 1998.

Office of the U.S. Trade Representative. *A Comprehensive U.S. Trade and Development Policy Toward Sub-Saharan Africa*. Appendices 1-3; Washington, D.C.: December 1998. <http://ustr.gov/reports/index.html> (Role até a extremidade inferior da página. Relatórios anteriores também se encontram disponíveis.)

Ottaway, Marina. "Africa." *Foreign Policy*, no. 114, Spring 1999.

Sachs, Jeffrey D., and Andrew M. Warner. "Sources of Slow Growth in African Economies." *Journal of African Economies*, vol. 6, October 1997.

Sek, Lenore. *U.S.-Sub-Saharan Africa Trade and Investment: Programs and Policy Direction*. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 1999.

U.S. Department of State. *Country Reports on Economic Policy and Trade Practices*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1999.
http://www.state.gov/www/regions/africa/af_countryinfo.html

U.S. International Trade Commission. "Africa Initiatives." *Year in Trade: Operation of the Trade Agreements Program During 1997*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1998.

U.S. International Trade Commission. *U.S.-Africa Trade Flows and Effects of the Uruguay Round Table Agreements and U.S. Trade and Development Policy*. Washington, D.C.: The Commission, 1998.

World Bank. *African Development Indicators 1998/1999*. Washington, D.C.: The Bank, 1998.

CALENDÁRIO DE EVENTOS DA ÁREA ECONÔMICA

30 e 31.ago	"O ano 2000 e o Futuro: Promessas e Armadilhas para a Economia Global," Helsinque, evento patrocinado pelo Instituto Internacional de Gerenciamento e Desenvolvimento [International Management and Development Institute]	29.set a 1°.out	Reunião Ministerial de Infra-Estrutura, Estados Unidos/África, Atlanta
		5 e 6.out	Conferência "Lições de Transição na Europa Central e Oriental", patrocinada pela USAID, Varsóvia, Polônia.
9 e 10.set	11ª Reunião Ministerial da APEC, Nova Auckland, Nova Zelândia	8 a 19.out	Missão comercial do secretário do Comércio dos Estados Unidos, William Daley, ao Oriente Médio
12 e 13.set	Reunião dos Líderes Econômicos da APEC, em Auckland, Nova Zelândia	10 a 15.out	9ª Conferência Internacional de Combate à Corrupção, Durban, África do Sul
14 e 16.set	Reunião dos Ministros do Transporte dos Países do Hemisfério Ocidental, Nova Orleans	16.out	Dia Mundial dos Alimentos
14 e 16.set	Conferência do WIPO Sobre a Propriedade Intelectual e o Comércio Eletrônico, Genebra, Suíça	17 a 20.out	Terceira Conferência Jurídica Internacional Sobre a Propriedade Intelectual, Washington, D.C. .
27.set	Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Viena, Áustria	25 a 29.out	Semana dos Centros Internacionais do CGIAR, Washington, D.C.
28 a 30.set	54ª Reunião Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C.	30.nov a 3.dez	Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, Seattle, Washington

*E***Perspectivas** *Econômicas*

Volume 4 Uma Revista Eletrônica da Agência de Divulgação dos Estados Unidos Número 3



Promovendo **o Comércio e os Investimentos na** *África*

- Tornando-se Parte da Economia Global
 - Criando Condições Para Investimentos
 - Expandindo o Comércio Entre os EUA e a África
 - Reduzindo o Peso da Dívida
- Agosto de 1999